



Boletim Nº 8 | 2006

CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

VI ENCONTRO NACIONAL
DE DESPACHANTES OFICIAIS





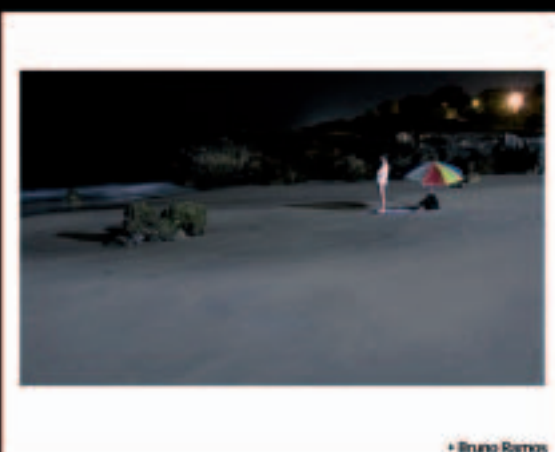
• João Serra



• Frederico Fazenda



• Nuno Mota



• Bruno Ramos

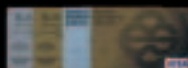
Novos talentos da Fotografia.

Sabe qual é o banco que está por trás?

BES revelação

A segunda edição do BES Revelação apresenta quatro artistas que expõem colectivamente os seus projectos na Casa de Serralves. Esta é uma iniciativa que aposta na produção e criação artística de jovens talentos portugueses. BES Revelação é mais uma responsabilidade assumida por uma instituição que sempre soube ser mais do que um banco.

De 18 de Novembro a 14 de Janeiro. Para mais informações vá a www.bes.pt ou www.serralves.pt



Os detentores de cartões de crédito BES têm livre acesso à exposição mediante a apresentação dos mesmos.

**[realizar
mais]**
O outro lado do BES.



**BANCO
ESPIRITO
SANTO**

FUNDAÇÃO SERRALVES

ÍNDICE

04

FICHA TÉCNICA

05

EDITORIAL

06

RECORDANDO...

08

NOTÍCIAS NACIONAIS

10

PARA ALÉM DA PROFISSÃO

13

FORMAÇÃO

14

DE VEZ EM QUANDO...

16

VI ENCONTRO NACIONAL
DE DESPACHANTES OFICIAIS

18

HOMENAGEM

30

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

32

GABINETE TÉCNICO DE APOIO

35

LISTAGEM DOS DESPACHANTES

38

REFLECTINDO...

DEDIQUE-SE AO SEU NEGÓCIO O RISCO ASSUMIMOS NÓS



www.cosec.pt

Líder nacional de Seguros de Créditos e Caução

número azul 808 201 269

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EMISSÃO

CDO-CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Rua D. Luís I, 5, 5º Lisboa – Tel 213 931 320 – Fax 213 931 329 – mail@cdo.pt

DIRECTOR

DR FERNANDO CARMO

COORDENAÇÃO E REDACÇÃO

AVELINO ROCHA RIBEIRO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

GRÁFICA MAIADOURO SA

DEPÓSITO LEGAL

237 225/06

TIRAGEM

1000 EXEMPLARES

EDITORIAL

A PONTE



A capa do nosso Boletim, mostra-nos uma Ponte, por acaso móvel, perfeitamente integrada no espaço físico que a rodeia, o que tudo se reflecte através da sua bem conseguida reprodução.

Qualquer dicionário define Ponte, como toda a obra que transpõe um espaço.

A imediata e óbvia visualização do fim a que se destina e a sua integração no meio, confere à Ponte um duplo carácter de aliança e vitória que explica os sentimentos da paz e realização que podem transmitir.

A história da nossa Câmara e da nossa Actividade Profissional, se bem reflectida, em tudo se assemelham à Ponte da nossa imagem.

Desde o seu início (1945) a CDO não tem feito senão lançar Pontes, entre um passado incaracterístico e um futuro que se pretende claro.

Nós próprios, durante o nosso percurso profissional, por força das vicissitudes a que o mesmo, durante

os últimos vinte anos vem sofrendo, temos recorrido permanentemente à construção de Pontes.

Umas vezes para ultrapassar obstáculos, outras para passarmos para o "outro lado", à procura de soluções que minimizem as situações que nos foram criadas e nos assegurem condições, não só de sobrevivência, como de reconquista da dignidade profissional a que temos legitimamente direito.

As Pontes por nós construídas, têm-se mostrado sólidas.

Os resultados obtidos com a travessia das Pontes, indiciam um percurso correcto.

Mais Pontes vamos ter de construir, porque o caminho está ainda longe de chegar ao fim e é preciso continuar sem desfalecimentos, em colaboração e união com todos.

Mas vamos conseguir.

Um abraço do vosso amigo,



RECORDANDO...

Naquele tempo e ao tempo que isso vai ...,a cidade do ,Porto ,em termos de transportes ,era servida quase exclusivamente pelos chamados Eléctricos. Automóveis, só os táxis e algumas dúzias de outros, pertencentes a uns poucos "privilegiados". Era o tempo em que todos os despachantes oficiais tinham os seus escritórios, aliás meras escrivaninhas, numa sala do Edifício da Alfândega do Porto, a qual por esse motivo, se chamava a Sala dos Despachantes Oficiais.



Interessante que, ainda hoje, quando o dito Edifício pertence ao Ministério das Obras Públicas e dos Transportes e está transformado em Museu e Espaço para eventos de vária ordem, em homenagem aos ditos profissionais, a referida Sala, mantém o nome pelo qual era então conhecida.

Um dos protagonistas do nosso "Recordando", era e, é um despachante oficial que também tinha a sua escrivaninha na dita Sala e lá trabalhava. Era e é, um senhor de fino trato, de esmerada educação mas, também conhecido por possuir um elevadíssimo espírito de "sovina". Por exemplo, era habitual que se alguém lhe pedisse um copo de água, o nosso protagonista, não deixando de satisfazer o pedido, logo exigia a quantia correspondente. Ora, Este nosso Amigo, possuía automóvel, no qual se deslocava nas idas e vindas

para a Alfândega, designadamente no intervalo para o almoço para o que ia a casa. O seu percurso habitual nestas últimas deslocações, era feito pela Avenida dos Aliados, até ao fim, metendo depois pela rua Mouzinho da Silveira e assim chegava à rua Infante D. Henrique que se prolonga para a rua Nova da Alfândega, onde ficava o seu local de trabalho.

Em termos de percurso de Eléctrico, era uma viagem que demorava pouco mais de cinco minutos e porque compreendia apenas um "zona", custava seis tostões.... excepto para quem tivesse Passe que era de pagamento semestral.

Ao fundo da Avenida dos Aliados, existia a Cervejaria Sá Reis que ficou com a fama de ensinar os portuenses a beber cerveja com pressão.

Esse era o local escolhido para esperar o Eléctrico, por todos quantos, após o almoço se dirigiam para a Alfândega para retomar o trabalho, até porque aí se iniciava a "zona".

O nosso protagonista, sempre gentil, ao passar de automóvel pela "Sá Reis" oferecia boleia aqueles que conhecia ,oferta que naturalmente era aceite. Todavia, finda a viagem, logo o seu espírito de sovina vinha ao de cima e exigia a cada um o pagamento de seis tostões, com o argumento que era essa a importância que teriam pago se viajassem de Eléctrico e que, de automóvel, o fizeram com muito mais comodidade. Embasbacados, todos acabavam por pagar.



Um dia, um dos convidados para a "boleia" que a aceitou, foi o Pinheirinho.

O Pinheirinho, o outro protagonista da nossa estória, ajudante de despachante, justifica uma especial apresentação. Baixinho, já com algumas dificuldades em esconder a barriga que sobressaía, repentino, era senhor de uma enorme piada, fazendo com que nos grupos de amigos em que participava, fosse constante a boa disposição.

Terminada a dita boleia na viagem para a Alfândega, a tal que o Pinheirinho tinha aceite, logo o nosso amigo, proprietário do automóvel, pediu a cada um os seis tostões habituais.

O Pinheirinho, imediatamente abriu a porta do carro, saiu para o exterior e, por cima do ombro respondeu: "Eu não pago ! Tenho Passe!..."

E não pagou.

Foi assim naquele tempo e ao tempo que isso vai...

A.R.R.



F. REGO CORRETORES DE SEGUROS
INSURANCE BROKERS



F. REGO - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Apt. 439 - Av da República, 740 - 2º s. 23-25 - 4431-967 V. Nova Gaia - Portugal

Tel. +351 22 374 57 60 - Fax +351 22 374 57 69 - geral@frego.pt - www.frego.pt

ESPECIALISTAS NA ÁREA ADUANEIRA E TRÂNSITÁRIOS

A. A. TROVISCO AIRES

Despachante Oficial, Lda.

www.troviscoaires.pt



Largo do Chafariz de Dentro, 21 - 1149-038 LISBOA

Tel: 21 882 33 40 - Fax: 21 882 33 43 - E-mail: geral@troviscoaires.pt

José M. Guimarães da Costa
Despachante Oficial

Rua da Conceição, 45 – 2.º e 3.º
110-151 LISBOA

T. 218 823 740 – F. 218 823 749

E-mail:

guimaraescosta@gclogistica.com



NUNO DE MESQUITA PIRES
Despachante Oficial Associado, Lda.

SETUBAL . LISBOA . SINES

Sede Social: Av. D. João II, 48C - 2º C/D - Apartado 44 - 2901-858 SETÚBAL
Tel: Geral: 265 546 640 - D.H.E. 966 597 284 - 917 236 079 - Fax: 265 546 660
Internet: <http://www.nmesquitapires.pt> - E-Mail: nmp@nmesquitapires.pt

Nuno de Mesquita Pires

Nuno Gabriel Mesquita Pires

Fernando Santos Claudino

(Despachantes Oficiais)

Despachos de Navios – Importação – Exportação – Trânsitos



Fernando José Pinto Coelho

Despachante Oficial, Lda.

CONSTITUÍDA EM 1997 E RECONHECIDA COMO EMPRESA DE INTERESSE PÚBLICO
Pelo Regulamento



PZORIR
TRANSITÁRIOS, LDA.

Grupo Fernando Coelho – Despachante Oficial

Despachante Oficial de 1997 - 1998
Licenciamento: 15.002.00000

NOTÍCIAS NACIONAIS

REUNIÃO DE CLASSE

No sentido de contribuir para uma maior aproximação aos respectivos temas e ao desenvolvimento dos conhecimentos em tais áreas, a CDO promoveu duas Reuniões de Classe, uma no Porto em 20 de Fevereiro e outra em Lisboa, em 22 seguinte, para debater as questões da INFORMÁTICA e dos NOVOS SISTEMAS DE DECLARAÇÃO AUTOMATIZADOS.

Especialmente concorrida, pelos debates e troca de impressões que proporcionaram, é legítimo concluir pelo êxito de tais realizações.

A CDO NA DIRECÇÃO DA COMUNIDADE PORTUÁRIA DO DOURO E LEIXÕES

Prosseguindo a sua política de intervenção e colaboração com todas as iniciativas e organizações em cujo âmbito se insere ou tem conexões com a actividade dos despachantes oficiais, a CDO passou a integrar a Direcção da Comunidade Portuária do Douro e Leixões.

A Direcção da APDL é constituída pelas seguintes Associações:

- Associação Comercial do Porto (que preside através do seu representante Dr. Rui Moreira);
- AGEPOR - Associação dos Agentes de Navegação de Portugal;
- APAT - Associação dos Transitários de Portugal;
- AOPPD - Associação dos Operadores Portuários dos Portos de Douro e Leixões;
- CDO - Câmara dos Despachantes Oficiais.

A CDO é representada na Direcção da APDL pelos Colegas Fernando Carmo e António Ladeiras.

O SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DO DESPACHANTE OFICIAL (SGQ).

Prosseguem os processos destinados à implementação do SGQ.

A Empresa adjudicatária, vem contactando os interessados, após uma reunião ocorrida em 13 e 15 de Março na CDO, onde foram traçadas as grandes linhas de actuação.

Trata-se de um processo necessariamente moroso, mas de importância essencial que paulatinamente irá seguramente ser concretizado na forma adequada.

SISTEMA DE TRATAMENTO AUTOMÁTICO DA DECLARAÇÃO ADUANEIRA DE EXPORTAÇÃO

A Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, (DGAIEC) em colaboração com a Direcção-

-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), promoveram no dia 12 de Setembro, a realização de uma apresentação, sobre o Sistema de Tratamento Automático da Declaração Aduaneira de EXPORTAÇÃO, dirigida aos Operadores Económicos e seus Representantes, especialmente aos Despachantes Oficiais, a qual teve lugar no Auditório da Direcção-Geral dos Impostos (DGI).

Nesta apresentação, presidida pelo Sr. Director-geral da DGAIEC, Dr. Luís Laço, para além do enquadramento legal do sistema da Exportação, foi feita uma abordagem sobre o âmbito e arquitectura do sistema, suas validações, modalidades de envio, circuito da declaração, processo de adesão dos Operadores e cronograma de entrada em produção, bem como sobre a interacção da Exportação com o Sistema de Selecção Automática.



(Mesa que presidiu à Apresentação)

Com a anuência do Senhor Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais Sobre o Consumo, a CDO procedeu à gravação, em vídeo e áudio, da parte técnica da sessão a fim de, por esta via, facultar aos Colegas, que se não puderam deslocar, os conteúdos mais relevantes da respectiva apresentação.

A gravação referida foi projectada no dia 18 de Setembro, na Sede da Secção do Porto da CDO.

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

Como decorre da reportagem amplamente desenvolvida noutras páginas do nosso Boletim, realizou-se nos dias 4 e 5 de Novembro, em Vimeiro, o VI Encontro Nacional de Despachantes Oficiais.

Os temas, os debates e a qualidade dos Participantes, asseguraram ao Encontro um nível apreciável, a que também não foi alheio o ambiente social e o respeito da camaradagem e amizade em que decorreu.



(Dr. Luís Laço – Director-geral da DGAIEC)

Muito mais do que executar um conjunto de serviços com um determinado fim, procuramos constantemente ser um verdadeiro Parceiro de Negócio!

A nossa equipa de profissionais experientes e motivados privilegia o atendimento personalizado, trabalhando diariamente para oferecer o melhor serviço a um variado leque de empresas nos vários sectores de actividade, onde se incluem grandes líderes de mercado e também aquelas que trabalham para serem vencedoras amanhã.

Parceria para o Futuro!



transporte aéreo e marítimo
transporte terrestre europeu

logística
distribuição

courier expresso - FedEx
feiras e exposições

actividade aduaneira
serviços de internet

www.rangel.com



300 500

Rangel
Soluções Logísticas Eficazes

PARA ALÉM DA PROFISSÃO

DESPACHANTE POR PROFISSÃO O MAR E A TERRA POR PAIXÃO

Quando o Nosso Colega VEIGA PIRES, me solicitou esta colaboração, logo tentei escapar dizendo "EH PÁ!", metade das minhas aventuras ninguém acredita e a outra metade a ninguém interessa!. Mas os meus argumentos não foram suficientes para o convencer, e, assim o texto que segue é da minha autoria, mas da responsabilidade moral dele.

Logo percebi que não ia ser tarefa fácil, pois escrevermos sobre nós, e dos nossos óbis e actividades é sempre complicado, para quem gosta de viver um pouco à margem da ribalta.

Percorrendo em memória, e em sentido contrário o percurso da minha vida, não consigo descortinar quando nasceu a minha paixão pelo mar, no entanto, dado que nasci em Fevereiro, e em Agosto logo fui levado para a praia, penso que terá sido nessa altura que o amor pelo elemento líquido terá começado a despontar, não mais, me tendo abandonado até à presente data.

Foi essa Paixão que em muito contribuiu para que na adolescência tivesse aderido à "MOCIDADE PORTUGUESA" aonde no seu centro especial de Marinharia aprendi o "ABC" da vela, do remo, da arte de marinheiro, e de tudo o mais que é preciso saber minimamente para irmos para o mar e navegar.

Foi na minha saudosa "BUFA", que iniciei o contacto mais directo com o mar e com aquilo que pretendia que no futuro fosse a minha vida e profissão – Oficial da Marinha. Quando a revolução de "74" surgiu, não foi só o regime político que foi alterado, todo o País se modificou e inevitavelmente o futuro de muitos portugueses foi radicalmente mudado, e eu não fui excepção.

No corolário de um processo quase "Kafekiano" de olhos nos olhos disse a um revolucionário oficial da Escola Naval que – "Quem não me quer não me merece" e "que eu seria aquilo que ele jamais conseguiria ser – Comandante por conta própria!

– Bati com a porta e saí.

Nesse mesmo ano enquanto em terra se vivia o "Verão quente de 75" eu refrescamente navegava já numa das últimas canoas do Tejo de seu nome "BONITINHA". E num processo perfeitamente em espiral, conforme ia aprendendo e ganhando experi-



ência no mar, mais e maiores começavam a ser as viagens e aventuras.

A Paixão ganhava força, e disso é o exemplo de ter comprado o meu 1º. barco aos 20 anos e o meu 1º. carro aos 23.

Depois de uma passagem efémera pelo curso de Engenharia, o ingresso na nossa profissão veio permitir que férias e fins-de-semana fossem sempre passadas de vela içada.

E, os anos foram passando sempre com mais e mais viagens, e novas aventuras, mas sempre fiel à máxima de "Comandante por conta Própria".

Quando em 1987, no regresso de uma viagem a Marrocos a bordo do navio escola holandês "EENDRACHT", tomei conhecimento que se estava a construir uma caravela para fazer a viagem até ao Cabo da Boa Esperança, nas Comemorações do V

centenário da sua descoberta pelo navegador Português Bartolomeu Dias, não tardou muito para que o meu nome constasse na lista dos candidatos à tripulação. O que veio a acontecer logo após a 1ª. entrevista com o seu Comandante.

Foi assim, que no dia 8 de Novembro de 1987 quando a caravela "Bartolomeu Dias" zarpou do Tejo, eu era um dos seus 17 Tripulantes.

Para trás ficaram semanas de treino, os amigos e a Família – Pela frente uma das minhas maiores aventuras, aquela que mais, me marcaria sobre todos os aspectos.

Aquele que a bordo inicialmente tinha as funções de cozinheiro desempenhou-as apenas pelo curto prazo de uma refeição, pois ninguém conseguiu comer aquilo que ele apelidou de almoço.

Após uma conversa com o comandante, e dada alguma experiência culinária, que já então detinha, assumi as funções de cozinheiro da expedição.

Bem longe estava de imaginar o trabalho acrescido que me esperava, pois para além das funções de manobra e navegação tinha agora também a responsabilidade de alimentar a tripulação.

A viagem até ao Funchal foi bem dura, pois apanhámos uma frente que nos fez "Abanar" bastante.

Para lá da Madeira o tempo começou a melhorar e a etapa até Cabo Verde já foi mais agradável.

Após uma fantástica escala em S.Vicente, seguiu-se a etapa mais dura até à Ilha de Santa Helena, com uma paragem técnica de 4 horas na ilha de Ascensão, só esta etapa foram 24 dias de calor e calmarias, borrascas e brisas, sem nada mais vermos para além do Céu e do mar tudo tivemos, nem faltando a Festa da Passagem do Equador. Quando atingimos a costa da Namíbia, após tantas semanas de mar, todos ficámos estarelecidos com o espectáculo daquelas águas plenas de vida, que a corrente fria de

Benguela tempera, e com as areias do deserto que se estendem ao longo de mais de 800 km, formando a terrível “Costa dos esqueletos”, aonde sofremos 3 dias de temporal, sendo assim a nossa passagem tributada.

Por fim o Cabo e a chegada a Mossel Bay, no Indico a 3 de Fevereiro de 1988.

88 Dias de Mar ! 17 homens tão diferentes em tudo, que tiveram de aprender a lidar uns com os outros no pequeno mundo de um barco primitivo com apenas 23 metros de comprimento; o mau tempo, o tédio, o isolamento, tudo teve que ser vencido para que a expedição tivesse sucesso.

Para mim, tudo isto foi ainda acrescido pelo trabalho da cozinha. Preparei 264 refeições para os meus 16 companheiros de viagem, em condições por vezes bem duras, como por exemplo aquela em que no Equador registámos 45º. na cozinha, e nem por isso o almoço faltou.

Hoje à distância, de já quase 20 anos a saudade daquele tempo e daquela aventura, surgem de quando em quando, e ao escrever estas linhas lembro-me do livro que estive para escrever sobre toda a viagem, mas que nunca foi escrito, talvez a seguir. ...

Desta viagem, a grande viagem foi a que foi feita dentro de mim, pois as horas que passei a olhar para o mar fizeram-me pensar e conhecer-me melhor do que nunca, e o relacionamento com os companheiros em condições extremas deram-me uma experiência única em matéria de relacionamento humano.

Um por do Sol belo e único já perto da costa da Namíbia, é a maior recordação desta aventura.

Continuo a navegar todos os anos, já percorri o Atlântico em quase todas as direcções, mas jamais esquecerei aquele por do sol à latitude de 17º 30's e longitude os '19' E do dia 11 de Janeiro de 1988.

Regressado a Portugal não tardou muito para que estivesse novamente a caminho de África e novamente noutra expedição.

Desta vez por terra, desde Lisboa até Bissau, cruzando todo o deserto de Sahara.

Desde o início da década de 80, que Todo-o-Terreno ganhava adeptos em Portugal e obviamente isso não me foi indiferente.

A possibilidade de andar em contacto com a natureza fora de estrada em zonas pouco conhecidas, levaram-me a que rapidamente me apaixonasse também por essa modalidade que venho praticando paralelamente com a vela.

Seguindo a mesma forma de aprendizagem em espiral lá fui com o meu 1º. Jeep-um velhinho Land Rover- aprendendo as técnicas de condução e aventurando-me cada vez mais em terrenos pouco conhecidos.

Durante dez anos fui director do Clube-todo-O-Terreno, e passei por muitas aventuras ao volante dos meus sucessivos UMM, mas nenhuma foi tão grande como aquela que começou junto à Torre de Belém, em 24 de Janeiro de 1990 e acabou em Bissau a 10 de Fevereiro.

O carro obviamente só podia ser um UMM.!

Após reunir os fundos necessários lá me juntei à expedição organizada pelo Clube Aventura, e com mais 12 viaturas apanhámos o Ferry em Alicante e iniciámos a aventura africana em Oran na Argélia.

Atravessámos todo o País, e descobri como este era lindo. A emoção que se sente no deserto é difícil de descrever, mas é uma

sensação de vazio absoluto, e quando entrei no “Tanezrouft”, aquele que é considerado o deserto dos desertos, de imediato senti a minha microscópia dimensão!

Depois do Sahara, seguiu-se a savana e a entrada no Mali, País aonde vivi duas experiências únicas:

- A primeira – a visita ao País Dogon habitado por pigmeus numa zona de beleza única em África, de seu nome falésia de Bandiagara, no antigo vale do Niger.

- A segunda – Na agitação social e política que se vivia no Mali, segurança era palavra inexistente, e ser retirado de dentro do carro com uma “Kalashnikov” encostada à cabeça, tem que ser encarada quase como uma coisa normal.

Felizmente era uma força equiparada à nossa Brigada Fiscal, e depois de muita conversa “aduaneira” tudo correu bem.

De Nioro do Sael junto à Mauritânia descemos até Kayes e entramos no Senegal.

Depois foi “só” atravessar o País todo até à Guiné, aonde na noite anterior à chegada a Pirada, vi a minha tenda ser destruída por uma multidão que fugia de uma luta de cães selvagens, felizmente para mim tinha-me atrasado para dormir, e assim, posso hoje estar a contar o episódio.

Recebidos calorosamente em Bissau, seguiram-se umas merecidas férias no maravilhoso arquipélago dos Bijagós antes do regresso a casa.

Dividido entre duas paixões, assumo a Bigamia: – O nascer do Dia no cimo de uma serra e o Pôr-do-sol no Mar!

Alguns de Vós estarão a pensar que grandes aventuras já vivi, mas acreditem que realmente a grande aventura é ter de pagar a renda ao dia 8, a Caução e o IVA ao dia 15, o IRS a 20, e os ordenados a 30; Aventura é lidar com os clientes que não pagam, e os que querem a carga desembaraçada ainda antes de chegar; Aventura é o despacho que não fica pronto, porque o funcionário da Alfândega não aceitou o carimbo no EUR'1, ou não concorda com a classificação pautal.

Mas essas Aventuras conhecem-nas BEM todos Vós porque são as nossas Aventuras diárias, – É A GRANDE AVENTURA DE SER DESPACHANTE OFICIAL !



RUI CASIMIRO – Cedula: 0490-R3

IMPORTAÇÃO - EXPORTAÇÃO - INTRASTAT



COMPETÊNCIA - CELERIDADE - DEDICAÇÃO

Aeroporto de Lisboa - Edif. 17 - Gab. 2021 - 1700 - 007 Lisboa
Telefone 218 454 929 / 930 / 931 - Fax 218 421 116
mario.jorge@despachante.cdo.pt - mario.jorge@mario-jorge.com
www.mario-jorge.com

Mário Jorge
DESPACHANTE OFICIAL

MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE - DESPACHANTE OFICIAL, UNIPENSOAL, LDA



**Em qualquer
circunstância ...**



**... tratamos da
Saúde
aos Despachantes
Oficiais !**

**visavis**

FORMAÇÃO

A Formação continua a ser a pedra angular da cultura da actividade da CDO.

Com dois Centros de Formação e dois Auditórios, em Lisboa e no Porto, com um âmbito de programação diversificado e com destinatários diferenciados – Despachantes Oficiais e seus Empregados, vem a CDO oferecendo os meios adequados para continuar a defender que sem Formação e Contínua, não haverá Qualidade e sem esta, não poderá ser possível continuar a defender para a Classe, o privilégio de no respectivo sector, ser a única competente e justificadora da dignidade profissional de que legitimamente se arroga.

Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores

Porque é pelo princípio que se começa, foi entendido que um sistema de formação contínua, como se vem praticando necessita antes de mais de Formadores, habilitados a formar, seja qual for a perspectiva que o conceito possa ser encarado.

Por isso, realizou-se um Curso de Formação de Formadores que decorreu de 06.04.2006 a 04.07.2006 e que foi participado por 14 elementos.

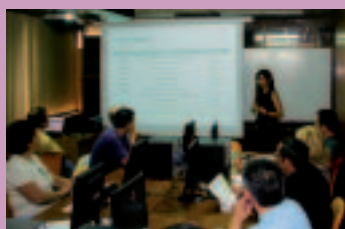
Dizer que o desenrolar do Curso constituiu uma verdadeira surpresa, será ficar aquém do que efectivamente se passou. Uma certeza ficou a final – a CDO tem entre os seus Associados, Formadores com alta capacidade de prosseguir a política definida e assim alargar a sua capacidade de Formação.

Exportação Informatizada

Considerando a oportunidade da questão e não ignorando a responsabilidade da Classe em se constituir como a promotora das grandes evoluções técnicas e ou de procedimentos, organizou a CDO acções sobre a Exportação Informatizada, que decorreram entre 6 e 14 de Junho.



Altamente participadas, foi possível transmitir em tais sessões, as primeiras grandes linhas que irão orientar o processo da Exportação Informatizada.



Stada Exportação

Na sequência das acções anteriores, e porque mais elementos técnicos ficaram disponibilizados, a CDO promoveu durante o mês de Outubro, acções de formação, ainda sobre a Exportação, mas agora para os seus Associados e Empregados.



Versando essencialmente sobre aspectos práticos, começou a ser compreendido e absorvido o modo de utilização do sistema. Faltam agora os testes finais, capazes de habilitarem todos os interessados ao processamento adequado que se tornará obrigatório a partir do início do próximo ano.

Formação Profissional dos Empregados dos Despachantes Oficiais

Assumindo-se como Entidade Formadora e para que os Despachantes Oficiais possam cumprir as obrigações decorrentes da Formação que têm de ministrar aos seus Empregados, a CDO elaborou para o efeito, um Plano de Formação, que teve já o seu início e decorrerá até Dezembro do corrente ano.

Incide tal Plano sobre Informática (5 horas), Classificação de Mercadorias (10 horas), Valor Aduaneiro (10 horas) e Origens (10 horas).

Muito frequentado, é possível desde já prever que o mesmo atingirá os seus objectivos finais.



Sistema Harmonizado

Tendo em vista as profundas alterações da Versão 2007, a aplicar a partir de Janeiro próximo, a CDO em colaboração com a DGAIEC, promoveu uma sessão de formação sobre o tema, com a duração de três dias (27/28/29 de Novembro em Lisboa e 18/19/20 de Dezembro no Porto).

DE VEZ EM QUANDO...

ALFÂNDEGAS

A ideia da escrita deste texto surgiu-me a partir do título de uma exposição que se encontra actualmente patente no Museu dos Transportes e Comunicações.

Chama-se "Metamorfose de um Lugar", e refere-se, expressivamente, às alterações sofridas pelo antigo edifício da Alfândega, sito na Rua Nova da Alfândega, sobre o Rio Douro, transformado hoje em espaço cultural, acolhedor das mais diversas iniciativas. Sem me dar conta, pensava já no percurso histórico deste monumental edifício, desde a sua construção, passando pela vivência de pólo regulador e aglutinador das transacções comerciais, exibindo hoje uma exposição das suas próprias memórias.

E pensava também no fenómeno de profunda transformação que foi sofrendo o controle aduaneiro, aos mais diversos níveis. Exercício manifesto de um poder de autoridade e soberania nacionais, as barreiras alfandegárias continuam a existir, pese embora confinadas aos Estados não abrangidos pelos Tratados da União Europeia. As fronteiras, materiais e imateriais, foram, de facto, sofrendo uma diluição profunda, com uma naturalidade surpreendente. Falou-se, a certa altura, de Globalização e de Mundialização da Economia. Na verdade, o ritmo de transformação é tal, indomável e sôfrego, que não conseguimos evitar, ao utilizar estas expressões, sentir um vago anacronismo, como se tratasse de fenómenos antigos, já findos ou em fase derradeira. É tão intenso, espontâneo e vivo o grau de enraizamento nesta realidade global, que parece nunca ter, sequer, existido algo diferente.

Tudo é aparentemente acessível ao gesto de um clic, à distância de um e-mail ou de

uma mensagem escrita de telemóvel. Informação, cultura, capital, mercadorias, pessoas, circulam a surpreendente velocidade. E, no entanto, multiplicam-se fenómenos como a exclusão, a pobreza, a desigualdade, que a dita globalização, estranhamente, esqueceu.

Há, de facto, uma quota-parte de esquecimento no suposto fenómeno de construção de um mundo global. Há uma dose gigante de indiferença no meio mundo que olha de relance para o outro meio mundo, ansioso por vir um dia a participar de tão aliciante fenómeno. Há, inegavelmente, uma manipulação economicista, prática e astuta, dos novos instrumentos de comunicação, dos novos meios de transporte e dos mais diversos meios políticos, para que estes sirvam os interesses e a lógica das grandes empresas, ávidas de riqueza, indiferentes às desigualdades, potenciadoras da exclusão social e da degradação da qualidade humana e da sustentabilidade ambiental.

Jacques Adda, no seu "A Mundialização da Economia", aborda precisamente esta ausência de regras da globalização, e aflora o "lado inconsciente" do processo. Instabilidade e exclusão são, na opinião deste autor, frutos de uma integração sem regulação. No fundo, refere-se ao descontrolo generalizado da ânsia lucrativa, a que os diferentes aparelhos Estaduais subservientemente cedem, através de apoios mais ou menos disfarçados e, sempre, na postura de alheados espectadores.

O conceito de "aldeia global", da autoria de um sociólogo canadiano, Marshall McLuhan, surgiu intimamente ligado às transformações sociais provocadas pela revolução tecnológica do uso do computa-

dor e das telecomunicações, que serviram de pontes atenuadoras da distância entre os povos. Essa profunda interligação entre todas as regiões do globo promoveria a solidariedade e o desenvolvimento sustentável, paralelo e simbiótico, entre as regiões mais diversas do globo, ainda que geograficamente afastadas. Hoje sabemos que o mundo está longe de viver numa "aldeia" e, muito menos, numa aldeia global: as ideias de aproximação dos povos, de participação na tomada de decisões e de igualdade no acesso à riqueza mantêm um cariz eminentemente utópico. Para apreendermos esta realidade, não é, sequer, necessário ir além dos limites da União Europeia, a que frequentemente se aponta um défice de participação democrática. Olhemos, pois, com consciência crítica para as ofertas deslumbrantes do mundo globalizado. E não nos deixemos fascinar ao ponto de não procurar levantar o tapete. É importante não esquecermos que a primeira e última abolição de fronteiras passa pela consciência atenta de cada um à realidade que o rodeia.

Domingos Sousa

Fernando Domingues
SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.
— AVEIRO —
DESPACHANTE OFICIAL
OFFICIAL CUSTOM BROKER



& J. Fernando Domingues
& J. Luís Freitas
Despachantes Oficiais, Lda.

E-mai: fernandodomingues@mail.telepac.pt | josefdomingues@mail.telepac.pt | joselfreitas@mail.telepac.pt

Quinta do Simão (à Est. Nac. 109) - Variante
Telefs.: 234 33 020 / 234 300 800 - Fax.: 234 300 881
Apartado 747 - Esgueira - 3801-801 Aveiro

Manuel Felisberto da Encarnação
Despachante Oficial, Lda

Rua do Sabão, 57 - 9000-056 FUNCHAL

Telefs.: 291 225 047 - 291 230 271 - Fax 291 223 783

Secção de Despachantes Oficiais - Alfândega do Funchal

Rua 1 de Outubro -9000-056 FUNCHAL

Telef.: 291 221 674 - Telems.: 962 914 064 - 969 972 988

Aeroporto da Madeira - 9100 Santa Cruz

Telef.: 291522230 - Fax. 291522224

E-mail: mfe@mefmadeira.com

VI Encontro Nacional de Despachantes Oficiais

Estratégias para um Mercado Único Profissional



<http://www.global-trade-alliance.com>



<http://www.cdo.pt>

(4/5.Novembro.2006)

Programa

Abertura - Dr. Fernando Carmo

Entrega de Emblemas aos Associados/ D.O. homenageado

A evolução dos Sistemas Informáticos Europeus - Dra. Maria Manuela Cabral

STADA Exportação - Dr^a. Joana Oliveira • Dr. Filipe Carmo

A CDO na perspectiva de um Despachante Oficial - João Pala

O Estatuto do Representante Aduaneiro Dr. Fernando Carmo;
 Luís Veiga Pires;
 Dr. Avelino Ribeiro

Diversos:

- Iva na Importação
- Caução Global para Desalfandegamento
- Outros Assuntos
- Debates
- Encerramento

ABERTURA

Caros Colegas,

Realizamos hoje o nosso VI Encontro Nacional.

Mudamos uma vez mais de cenário, depois de Fátima e da Figueira da Foz, optando desta vez por esta lindíssima zona do País, no Vimeiro e por este magnífico Hotel Golf Mar.

Não posso deixar de me referir, logo no início desta minha intervenção introdutória, aos Distintos Convidados que aqui nos acompanham.

Começo por lhes apresentar, para aquelas que a não conhecem, a Sr. Doutora Maria Manuela Cabral.

Funcionária da Direcção Geral das Alfândegas desde há vários anos, não muitos face à sua ainda jovem idade como se vê, mas os suficientes para já ter estado connosco, ajudando-nos, num também importante momento de mudança – a implementação do DUA, que hoje faz parte do nosso dia a dia, mas naquele tempo era um bicho de sete cabeças.

Entretanto, a Dr^a Maria Manuela Cabral rumou para Bruxelas, onde tem desenvolvido uma importante carreira profissional, no departamento denominado TAXUD, sendo hoje Head Of Unit dos Serviços de Customs Policy and Electronic Customs.

Ora, estando nós hoje a ser confrontados exactamente com programas de ambiente electrónico em quase tudo que envolve o exercício da nossa profissão, quem melhor poderíamos ter entre nós para nos ajudar a entender toda a filosofia dos projectos das Alfândegas Electrónicas, que envolvem a automatização das obrigações declarativas, dos pagamentos inerentes, dos controlos dos movimentos de entrada e saída de mercadorias dos espaço da UE, etc?

Para além do muito prazer que é ter connosco a Dra. Maria Manuela Cabral, tenho a certeza que será de extrema utilidade, para o nosso futuro, tudo quanto nos possa transmitir aqui hoje, em vista de uma maior consciencialização da proximidade de uma mudança radical quanto à forma de actuarmos profissionalmente.

Em meu nome pessoal e da Classe que aqui represento, quero deixar expresso o nosso reconhecimento e agradecimento pela disponibilidade demonstrada, desde a primeira hora, em que formulamos o convite e por estar connosco nesta hora de mudança tão importante. Muito obrigado.

Temos também o imenso prazer de ter connosco o Senhor Dr. João de Sousa, Distinto Subdirector Geral das Alfândegas e dos Impostos especiais sobre o Consumo.

Sem serem necessárias quaisquer apresentações, o Sr. Dr. João de Sousa merece que se releve a sua natural simpatia e disponibilidade para a todos aqueles que dele se abordam, demonstrando sempre, para com a nossa Classe, uma atitude de reconhecimento quanto ao papel que desempenhamos neste mundo aduaneiro, o que é aliás apanágio da sua personalidade.

Pessoalmente, estou particularmente feliz por termos connosco o Sr. Dr. João de Sousa, nesta sua posição de alto dirigente da DGAIEC, cargo que aliás bem lhe assenta e merece, face à elevada competência demonstrada e superior espírito de serviço público.

Muito obrigado também pela sua presença.

E quais os principais objectivos deste Encontro?



Para além do convívio social sempre importante e desejável entre amigos e profissionais do mesmo ofício, vimos aqui para aprender, tratar e discutir sobre uma diversidade de temas, todos tendo em vista a evolução dos procedimentos fiscais e aduaneiros face ao futuro.

Vamos aprender a enquadrar a nossa actividade no ambiente electrónico aduaneiro europeu, quanto aos novos conceitos, figuras e procedimentos legais, aduaneiros e fiscais, quanto aos novos objectivos de segurança exigíveis neste novo e conturbado mundo, quer ainda quanto às preocupações financeiras, nas perspectivas dos orçamentos dos estados e dos operadores económicos que exigem redução de custos face à feroz concorrência global vigente.

Vamos ver, com mais em profundidade, nuances diversas sobre o STADA Exportação, agora que nos encontramos a dois meses da data de vigência da sua utilização obrigatória.

Depois, abordaremos temas tão importantes como o estatuto do Representante Aduaneiro que continua a ser discutido nas mais altas instâncias da UE e será determinante para a clarificação do papel que, no futuro, desempenharemos na Europa.

Falaremos sobre a Caução Global para Desalfandegamento nas vertentes: formas de prestação de garantias para alcançar determinados montantes, e novas formas de gestão da mesma face às recentes alterações propostas no Orçamento de Estado quanto ao diferimento do pagamento do IVA nas importações.

Por fim, discutiremos sobre tudo o que a Classe bem entender.

Desejo sinceramente que deste nosso Encontro resultem benefícios técnicos relevantes que a todos auxilie a ultrapassar com êxito as dificuldades que se avizinham.

Agradecendo a presença de todos, desejo-lhes um bom fim-de-semana de trabalho produtivo e um excelente convívio.

Fernando Carmo
Presidente do Conselho Directivo

HOMENAGENS



(Manuel Ladeiras e Dr. Fernando Carmo)



(Nuno de Mesquita Pires e Dr. Fernando Carmo)



(Manuel Antunes Amaral)

Foi alvo de especial homenagem o Despachante Oficial **MANUEL ANTÓNIO LADEIRAS**.

Nascido em 1943, é associado da CDO desde 1974.

Foi Presidente da Assembleia-geral da Secção do Porto em 1977/1978, Presidente da Direcção da Secção do Porto em 1979/1980, Presidente da Assembleia-geral da Secção do Porto de 1981 a 1985, Director Adjunto da Secção do Porto e da Direcção Nacional em 1986/1987 e Presidente da Assembleia-geral da Secção do Porto e Secretário da Assembleia Geral Nacional de 1996 a 2000.

Para além desta longa actividade ao serviço da CDO, o Despachante Oficial **MANUEL ANTÓNIO LADEIRAS** vem-se evidenciando por um exercício profissional de elevada competência sendo assim merecedor dos melhores encómios.



(Carlos Alberto Vaz Medeiros em representação de Luís Filipe Vilhena Andrade Botelho e de Carlos Roberto Vilhena O. Andrade Botelho)



(Fernando Carlos Cerveira Pinto em representação de Fernando Jorge Cerveira Pinto)

Foram igualmente homenageados os Despachantes Oficiais **NUNO DE MESQUITA**, **GABRIEL DOS SANTOS PIRES** e **LUÍS DE VILHENA DE ANDRADE BOTELHO** (mais de 50 anos de actividade – emblema de diamante), **CARLOS BOTELHO VILHENA OLIVEIRA ANDRADE BOTELHO** (40 a 49 anos de actividade – emblema de ouro), **MANUEL ANTUNES DO AMARAL** e **FERNANDO JORGE FERNANDES CERVEIRA PINTO** (25 a 39 anos de actividade – emblema de prata).

Por impossibilidade justificada das presenças de alguns dos homenageados, foram os respectivos galardões recebidos pelos Colegas que nomearam como seus representantes.



Senhor Presidente do Conselho Directivo da Câmara de Despachantes Oficiais
Senhores Despachantes Oficiais
Senhores Convidados
Minhas senhoras e meus senhores

Quero, em primeiro lugar, saudar todos os presentes neste encontro, em especial saudar a classe dos despachantes oficiais, e exprimir a minha grande satisfação em estar aqui presente quer em representação do Dr. Luís Laço, Director Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, quer como simples funcionário aduaneiro.

Peço a vossa compreensão e paciência para estas palavras que vos vou dirigir, mas nestas situações fico, geralmente, um tanto angustiado pois lembro-me sempre da conclusão ajustada de um cómico francês que dizia

“De todos aqueles que não têm nada para dizer os mais agradáveis são os que ficam calados”.

Espero, contudo, que possam encontrar alguma coisa de útil nesta minha apresentação.

Como sabem, uma boa parte da carreira de um funcionário aduaneiro é passada convosco, nomeadamente nas alfândegas, no trabalho diário relativo às declarações aduaneiras ou nos serviços centrais onde várias questões são colocadas, discutidas e resolvidas. E recorro, com alguma saudade, alguns despachantes e “ajudantes” de despachantes que, no início da minha carreira (já lá vão trinta anos) também me ajudaram e ensinaram bastante. Nessa altura não havia Internet, não se disponibilizavam Manuais, não havia mesmo formação e a sabedoria estava na cabeça dos bons funcionários e na sua secreta pauta estabilizada há muitos anos e carregada de anotações sobre notas e circulares.

Claro, e também posso dizê-lo aqui, que também apanhei alguns “ajudantes de despachantes” malandrecos que me tentaram enganar, sobretudo um (que ainda anda por aí) que a pretexto da verificação física duma espingarda gozou comigo que nem um perdido levando-me a verificar num sentido e depois a discordar de mim mesmo após o reverificador ter dito, a vermelho, que tinha uma opinião diferente da minha.

Tudo isto faz parte duma história, muitas vezes comum, onde se viveram momentos de alto significado económico e de grande exigência técnica como a celebração dos Acordos EFTA e com a CEE

nos anos setenta, o Acordo com a Espanha, a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e o lançamento do DU e do Sistema Harmonizado nos anos oitenta, a adopção dum Código Aduaneiro Comunitário, o Mercado Único e a abolição das fronteiras internas nos anos noventa.

A história é importante para percebermos melhor o nosso percurso e a nossa actuação porque, como alguém disse apropriadamente “a vida só pode ser vivida olhando-se para a frente mas só pode ser compreendida olhando-se para trás”. Eu completaria a ideia dizendo que o futuro será certamente mais seguro se tivermos em conta o que fizemos no passado.

E passemos então para o futuro e, igualmente, para aquilo que nos vai acompanhar a partir de agora. É uma boa oportunidade para falar do que se faz ou do que se vai fazer, mesmo sem vos surpreender pois, certamente, estarão a par das novidades atendendo, até, aos assíduos contactos estabelecidos com a Direcção da CDO.

Comecemos pelo Orçamento de Estado para 2007. Uma novidade que interessa sobretudo aos operadores económicos e à CDO, que muito se bateu pela solução proposta, assenta no proposto aumento (um mês) do prazo de pagamento do IVA devido pela importação de bens.

Relativamente aos Impostos Especiais sobre o Consumo, as alterações propostas têm a ver com o ajustamento fiscal com a inflação prevista (2,1%) e com os compromissos assumidos no âmbito de Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Igualmente, no sector dos IEC's, o Governo apresentou para o OE/2007, propostas que se inserem no Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) visando a redução de CO₂, designadamente através da harmonização fiscal progressiva do gasóleo de aquecimento com o gasóleo rodoviário.

A reforma do IA em curso que, embora não figure no OE/2007, deverá entrar em vigor em 2007, prevê a criação do Imposto de circulação para o qual se transfere em dois anos 20% do actual IA (10% por cada ano). Incrementa-se de igual modo o peso das emissões de CO₂ na base da tributação, passando de 30% no primeiro ano para 60% no segundo, de modo a fomentar a compra de veículos amigos do ambiente.

Igualmente, o Orçamento de Estado para 2007 prevê uma autorização legislativa que permitirá ao Governo alterar o estatuto da CDO em termos que irão ao encontro do desejo da Câmara e que o Sr. Presidente do Conselho Directivo, certamente, vos explicará melhor do que eu.

Penso, no entanto, que a minha principal obrigação, hoje aqui, é falar-vos da informatização e do futuro das alfândegas. Trata-se dum processo inadiável e irreversível, que mexe e vai continuar a mexer com as alfândegas portuguesas e que, obviamente, tem a ver com o vosso estatuto, com as vossas atribuições, com o vosso desempenho, com a vossa postura, enfim com o vosso futuro.

Reparem que, actualmente, na relação entre os operadores económicos e as alfândegas já estão informatizados, com maior ou menor profundidade, o sistema das Declarações de Introdução no Consumo (DIC's), o sistema do Documento Administrativo de Acompanhamento, (DAA's) o sistema de Fiscalidade Automóvel (SFA), o sistema de Trânsito (NSTI), o velho STADA/Importação e até o sistema de Contabilidade Aduaneira (SCA) que gere a Caução Global de Desalfandegamento.

Essa informatização, umas vezes a funcionar de uma forma quase impecável, outras vezes com algumas dificuldades e bloqueios,

umas vezes abrangendo circuitos completos outras vezes, infelizmente, ainda parciais, é um processo demoradamente difícil mas irreversível.

Difícil por duas razões fundamentais: pela complexidade dos sistemas aduaneiros (e penso que a minha querida amiga Dra. Manuela Cabral não me irá desmentir daqui a pouco) e difícil pela exigência dos operadores económicos.

De facto, embora se reconheça que o sistema aduaneiro tem uma lógica indiscutível, ele é complexo na sua construção, sobretudo pela necessidade do seu faseamento e pela necessidade dos diversos controlos e, igualmente, pelas frequentes alterações que sofre, o que dificulta, sempre, o desenvolvimento informático sobretudo quando é adjudicado a empresas externas.

Por outro lado, o sistema aduaneiro é difícil pelo elevado grau de exigência dos operadores económicos. Ao contrário duma caixa do Multibanco que não tem dinheiro e de onde partimos mais ou menos alegremente à procura de outra, ou ao contrário das compras de supermercado pela Internet porque o sistema está avariado e eu “desenrasco-me com o que tenho em casa”, uma declaração aduaneira tem de passar num minuto e naquele minuto porque, logicamente, a mercadoria tem que sair e o operador não pode esperar.

Todo este processo de informatização também é irreversível. Irreversível porque queremos rapidez, porque não queremos burocracia, porque queremos transparência. Irreversível porque os operadores económicos querem, também, mais rapidez, menos burocracia e mais transparência. Irreversível porque, para todos, o futuro é para a frente.

Como sabem a informatização da exportação arrancou em duas alfândegas, Marítima de Lisboa e Leixões, no dia 25 de Setembro último, estando já alargado a mais quatro alfândegas (Aeroporto do Porto, Freixieiro, Alverca e Funchal) desde o dia 23 de Outubro e está previsto estar implementado em todas as alfândegas no início de Dezembro. Por enquanto e até ao final do ano a sua utilização é facultativa, mas será obrigatória a partir do próximo dia 1 de Janeiro de 2007.

No entanto, nesta fase, ainda facultativa, e que, como disse, decorre, até final do corrente ano, contamos com a vossa adesão e, por isso, esperamos que todos comecem a processar declarações de exportação pela

via informática. Queremos iniciar o próximo ano sem grandes perturbações e isso só será possível se até lá houver uma adaptação de cada um ao novo processo de envio da declaração electrónica de exportação.

Foi um “parto” bem difícil e, diga-se a verdade, a criança ainda precisa, não direi de alguns açoitões, mas de algumas vitaminas adicionais. Mas está aí e a vossa adesão, o vosso apoio e a vossa colaboração, são fundamentais para o seu sucesso. Haverá dificuldades? Claro que vai haver mas vamos vencê-las juntos. Nestas ocasiões não podemos ser pessimistas e derrotarmo-nos a nós próprios. Lembrem-se que vencemos as enormes alterações pautais da nossa adesão; que vencemos as complexas alterações das nomenclaturas de mercadorias; que resistimos à criação dum código aduaneiro. Foi tudo isso que fez e faz a riqueza técnica da actividade que cada um de nós desenvolve. Não façamos, como muitos fizeram em 1992, que não acreditavam que o mercado único ia mesmo acontecer e a dois meses da mudança ainda pensavam que tal não sucederia e que era possível mudar o rumo da Europa. Não deixemos que o sucesso seja atribuído apenas aos outros.

Trata-se, na minha opinião, de um salto qualitativo enorme com reflexos evidentes nas alfândegas e, igualmente, na vossa actividade. É, por um lado, a informatização integral dum dos fluxos mais importantes da actividade aduaneira, e que inclui, também, a própria triagem e selecção automática das declarações para eventuais controlos; é, por outro lado, a consagração do que, no “calão europeu”, se chama o “sem papel”. Com efeito, as mercadorias poderão ser exportadas sem que haja no circuito da declaração, entre o seu preenchimento e a saída da mercadoria, um só papel. Claro que teremos declarações que serão escolhidas para controlo físico ou, para controlo documental ou mesmo para um controlo “a posteriori”. Aliás se estes controlos não existissem não andaríamos aqui a fazer nada. Nem nós nem vocês!

Sabem que a Europa não está parada. As alfândegas do futuro estão a ser construídas. Há o “sem papel” de que falei há pouco – já lá estamos; Haverá a janela única – estamos a chegar, mas se pensarmos bem já há por aí várias janelinhas; haverá, ainda, o desalfandegamento centralizado, eu diria o perigoso desalfandegamento centralizado, mas não digo porque está ali a Dra.

Manuela Cabral que certamente vos falará dele. Não digo, mas penso!

Precisamos todos de estar atentos. Não quero parecer paternalista e nem quero, quem sou eu, dar conselhos. Mas permitam que eu deixe aqui algumas notas não em virtude do cargo que ocupo, mas eventualmente, se o Dr. Fernando do Carmo me permitir, da autoridade que decorre do facto de ser co-responsável pelo estatuto de despachante oficial de alguns dos presentes.

É importante que saibam. Que saibam muito. A vossa profissão só resistirá, eu ousaria mesmo dizer, só se justificará se souberem muito. Levar os papéis à alfândega vai ser uma tarefa residual. Preencher um DU, qualquer dia todos sabem. Mas aquilo que os Srs. Despachantes Oficiais podem continuar a ter melhor que ninguém, é o conhecimento aprofundado da técnica aduaneira que permita o conselho seguro para uma empresa ou para um sector da actividade económica. Saber que um determinado regime aduaneiro é uma alternativa mais adequada ao desenvolvimento da actividade duma empresa. Saber que uma origem é mais vantajosa do que outra para importar uma mercadoria. Saber que os custos de transporte e as suas implicações na tributação podem ser demasiado decisivos para determinar a compra de uma mercadoria. Saber explicar por que razão a determinado código pautal corresponde um conjunto de medidas limitativas ou mesmo penalizantes. Conhecer mesmo as medidas aplicadas num determinado destino de exportação.

Isto sim, continuará a constituir a vossa enorme mais-valia. Aquilo que deverão continuar a saber melhor do que os outros. E sem qualquer receio das informatizações. E sem nenhum medo do futuro.

E tendo sempre na lembrança o poema de Alexandre o'Neil:

“Perguntas-me o que deves fazer com a pedra que te puseram em cima da cabeça?”

Não penses no que fazer com.

Cuida no que fazer da.

É provável que te sintas logo muito melhor.

Sai, então, de baixo da pedra”.

Muitíssimo obrigado a todos pela vossa atenção.

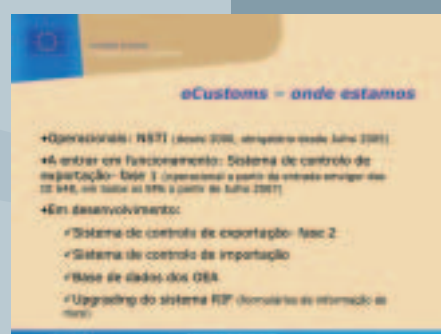
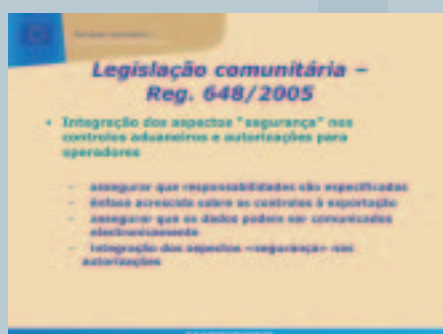
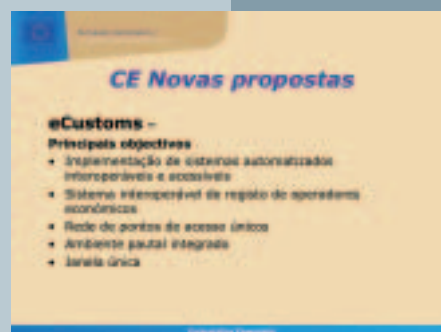
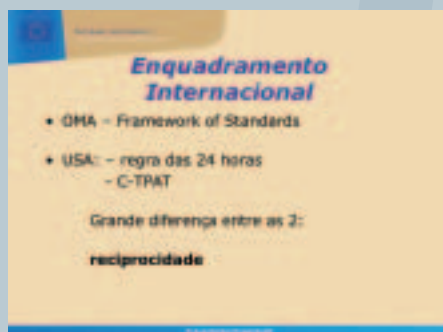
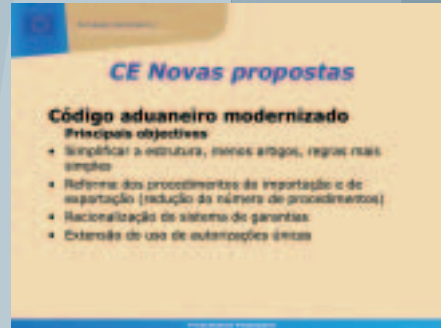
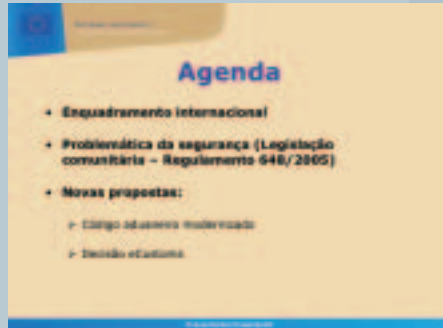
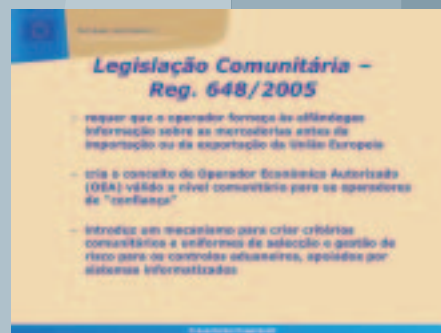
João de Sousa

Sub. Director-Geral da DGAIEC

A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS EUROPEUS



Dr^a. Maria Manuela Cabral
Chefe de Unidade: Política Aduaneira e Alfândega Electrónica
Comissão Europeia



SISTEMAS DE EXPORTAÇÃO

exportação

- ▶ Pretende-se automatizar todo o processo facilitando as comunicações e uniformizando a forma de actuação para todas as declarações independentemente do local de apresentação das mercadorias, do funcionário da alfândega ou do D.O.
- ▶ Não há nada a temer nesta mudança. O negócio é feito da mesma forma, mas com ferramentas diferentes.

como é que funcionam as declarações electrónicas?

- ▶ sempre que exista um pedido o D.O. vai criar o seu despacho;
- ▶ a validação que anteriormente era feita pelo funcionário da Alfândega é feita agora automaticamente;
- ▶ o D.O. recebe uma autorização de saída;
- ▶ a qualquer altura podem ser alterados os dados de um despacho até que seja dada a certificação de saída;
- ▶ o processo encerra com a saída efectiva das mercadorias e respectiva certificação de saída.

princípios básicos das mensagens:

- ▶ as mensagens representam os processos existentes e têm uma ordem lógica, assumindo papéis distintos em fases distintas do processo;
- ▶ todas as mensagens enviadas pelo D.O. têm uma resposta e uma aceitação por parte da DGAIEC;
- ▶ um despacho para ser aceite não tem uma ordem lógica de passos nem segue um caminho único. Poderão existir caminhos alternativos para despachos muito semelhantes;
- ▶ o novo sistema de exportação é um processo iterativo que assenta no princípio do envio à resposta, não existindo assim um número máximo de mensagens previstas até ao término do processo;
- ▶ uma mensagem não é uma declaração (despacho).
- ▶ como?—modos de acesso



exportação – explicações negócio

- ▶ AGREX – Casa 44
 - ▶ Apresentação
 - ▼ Na altura da emissão escolha entre:
 - Electrónico
 - Papel
 - ▼ Declaração Electrónica:
 - Electrónico: o sistema valida toda a informação e faz os cálculos. Único inconveniente só dá para usar nas alfândegas já

informatizadas (a partir de 29 de Novembro serão todas)

- Papel: valida só o número e a data de emissão. Neste caso irá para aceitação manual de forma a fazer prova dos documentos.
- ▼ Atenção: preencher correctamente os dados (PT antes do nº. e entidade emissora)
- ▶ EUR.1 – Casa 44
- ▶ Apresentação
 - ▼ Não vai existir o EUR.1 electrónico, portanto procede-se da mesma forma.
 - ▼ Declaração Electrónica:
 - Cria-se a referência ao EUR.1 sem número nem data de emissão.
 - Terá que haver a deslocação à Alfândega.
 - O funcionário da alfândega averba o EUR.1 e entrega.
- ▶ Documentos/Certificados/Licenças – Casa 44
- ▶ Apresentação
 - A obrigatoriedade dos documentos não alterou, a apresentação dos mesmos pode ser requerida atribuindo um número provisório à declaração e seleccionando a mesma para aceitação manual;
 - Os documentos válidos para toda a declaração devem ser apostos na 1ª adição;
 - Os documentos referentes a uma adição em particular devem ser apostos nessa adição;
 - No caso da existência de um trânsito essa referência deverá constar de todas as adições em questão;
 - Resumo: na primeira adição é obrigatório o preenchimento de pelo menos 2 referências:
 - ▼ Factura ou equivalente;
 - ▼ Guia de emolumentos.
- ▶ Localização de mercadorias – Casa 30, Casa 49 e Casa A
 - Só se irá preencher a casa 30 ou a Casa 49 (regra existente e conhecida);
 - Verificar áreas de jurisdição e obedecer às mesmas;
 - Os pedidos anexos irão ser aceites menos vezes pelo sistema;
 - Caso tenhamos um carregamento completo da casa do Exportador e respeitando-se a área de jurisdição (apresentação na Casa A), não há necessidade de fazer um pedido; caso contrário terá que ser feito (Casa A diferente de área de jurisdição da localização de mercadorias);
 - Os locais autorizados têm codificação própria, peçam a mesma ao cliente ou transitário porque esta não irá ser publicada.
- ▶ Estância Apresentação, Saída TN e Saída TAC (casa A, 29A e 29)
- ▶ Se Casa A = Casa 29
 - ▼ Não preencher casas:
 - Saída TN (29A);
 - Modo de transporte interior (26);
 - Meio de transporte interior (18);



Dr.ª Joana Oliveira
Consultora de Sistemas de Informação

- Modo de transporte à saída de território nacional (26A);
- Meio de transporte à saída de território nacional (18A);
- Na casa 21 só preencher tipo caso seja propulsão própria.
- Se Casa A diferente Casa 29 mas Casa 29 PT
- ▼ Não preencher casas:
 - Saída TN (29A);
 - Modo de transporte à saída de território nacional (26A);
 - Meio de transporte à saída de território nacional (18A);
- ▶ Estância Apresentação, Saída TN e Saída TAC (casa A, 29A e 29)
- ▶ Se Casa A diferente Casa 29 mas Casa 29 não PT
 - Consultar estâncias e códigos: http://ec.europa.eu/taxation_customs/dds/pt/csrdhome.htm
 - Dependendo dos casos todas as Casas podem estar preenchidas;
 - 2 ou 3 exemplos de utilização...
- ▶ Estância Apresentação, Saída TN e Saída TAC (casa A, 29A e 29)
- ▶ Caso prático:
- ▶ Casa A – Alfândega do Freixieiro
 - Transporte rodoviário até ao comboio;
 - Comboio até Alcântara;
 - Embarque no navio para sair do TAC.
- ▶ Exemplar 3
- ▶ Dado que ao contrário do sistema de trânsito é possível gravarem e consultarem mais que uma vez a Autorização de Saída:
 - Enviem por e-mail aos V/ clientes ou ao transportador este ficheiro, de forma a que seja impresso;
 - Evitem a fotocópia do fax, da fotocópia... A ilegibilidade dos documentos pode atrasar o processo.
- ▶ Guarda de documentos:
 - ▶ Todas as declarações devem ser mantidas em formato electrónico tal como foram submetidas e aceites pela Administração;
 - ▶ Todos os outros documentos deverão ser guardados como até ao momento.



A IMAGEM DA PROFISSÃO DE DESPACHANTE OFICIAL (DO)



João Pala
Despachante Oficial
Membro da Direcção da Secção do Porto

- Credibilidade
- Competência
- Confiança

A LONGO PRAZO

- ALARGAMENTO DE COMPETÊNCIAS
 - Consultor de Comércio Internacional
 - Capacidade de intermediação
- REPRESENTANTES ADUANEIROS
" Customs Representatives"
 - Acreditação da profissão em toda a C.E.
 - Exclusividade

A MÉDIO PRAZO

- Recuperar pela qualidade, a figura de DO
- Ser considerado um parceiro privilegiado, pela Administração
- Saber "educar" o cliente
- Aderir à certificação
- Parcerias internas e externas
 - Fusão / associação entre DO
 - Parcerias internacionais

A CURTO PRAZO

- Promoção da IMAGEM pela CDO / DO
- Demonstrar/Convencer a Administração que o DO é um parceiro facilitador da sua tarefa e um colaborador no combate à fraude fiscal
- O DO deve colaborar com a CDO
 - Mostrando-se disponível e unido

- Apresentando novas propostas
- Estando sempre presente nas iniciativas da CDO
- A CDO deve:
 - Promover a FORMAÇÃO (essencial)
 - Promover debates para acertar estratégias
 - Motivar os seus associados a participarem nos debates e a apresentarem novas propostas
 - Apelar e promover a união da classe
 - Mostrar-se disponível e colaborante com os DO

PROMOVER A IMAGEM DO D.O.

- A CDO / DO deve:
 - Promover o diálogo e encontros regulares com as chefias das Alfândegas.
 - Alfândegas de Lisboa e Porto pelas respectivas Direcções das Secções
 - DGAIEC pelo Conselho Directivo
 - Convidar a colaborar outras entidades nos seus eventos.
 - Dar conhecimento à Comunicação Social das suas iniciativas.
 - Dialogar com as associações empresariais
 - Enviar dossiers com informação sobre a vantagem das empresas terem o seu DO (ex.: sigilo profissional, único profissional da área com formação específica).
 - Tentar estar presente nos debates nacionais sobre economia, fiscalidade, comércio internacional e globalização.
 - Apostar na publicidade nos meios de comunicação social da especialidade.
 - Abrir as suas portas periodicamente aos operadores económicos
 - Promovendo consultas grátis aos operadores económicos e outros sobre o comércio internacional (publicitando a iniciativa).
 - Aparecer sempre como entidade conhecedora/facilitadora/importante no comércio internacional e no combate a fraude fiscal.
 - Difundir o acesso à CDO / DO
- VECTORES DA IMAGEM
- FACTORES PSICOSSOCIOLOGICOS
 - União de Classe
 - Auto estima profissional
- QUALIDADE DE SERVIÇOS
 - Eficiência técnica
 - Cumprimento de prazos
- FACTORES FÍSICOS E MATERIAIS
 - Equipamentos
 - Meio físico
- FACTORES HUMANOS
 - Relações interpessoais
 - Apresentação
 - Gestão de conflitos
 - Atendimento cuidado



Mesa que presidiu ao Encontro

FORMAÇÃO

■ OBJECTIVOS GERAIS

- ▶ Alterar a imagem que a sociedade em geral tem dos DO, nomeadamente a de que esta classe profissional tem tendência a extinguir-se.
- ▶ Incrementar e consolidar Auto Estima Profissional
- ▶ Proporcionar um espaço aberto onde se promova a imagem do DO, abrangendo os operadores económicos, DGAIEC e a sociedade em geral.
- ▶ Prestar uma atenção especial aos DO's



Luís Veiga Pires
Vice-Presidente do Conselho Directivo

menos familiarizados (actualizados) nas novas tecnologias (informática)

■ OBJECTIVOS DOS FORMADORES

- ▶ Promover o encontro de gerações / operadores económicos / Administração, facilitando a permuta de saberes.

- ▶ Promover o associativismo / parcerias
- ▶ Impulsionar os deveres de conduta, profissionais e pessoais
 - Competências profissionais e pessoais - interrelacionais.
- ▶ Impulsionar o saber/estar
 - Relacionamento com clientes e Administração

■ OBJECTIVOS DOS FORMADORES

- ▶ Promover o saber/fazer
 - Exercer a profissão exemplarmente
 - Melhorar o serviço ao cliente
- ▶ Promover o conceito de DO eficiente / colaborante/facilitador/parceiro/conseheiro, no âmbito do mercado internacional.
- ▶ Promover a imagem institucional.

■ OBJECTIVOS DOS FORMANDOS

- ▶ Identificar os comportamentos facilitadores da resolução de conflitos
- ▶ Utilizar novos canais de comunicação com as várias entidades envolvidas no comércio internacional e a sociedade em geral
- ▶ Conhecer os meios para assegurar a maior participação/comunicação dos importadores/exportadores e os DO's.

■ OBJECTIVOS DOS FORMANDOS

- ▶ Aplicar o Inglês
- ▶ Reconhecer as potencialidades e limitações das novas tecnologias
 - Audiovisuais
 - De informação e comunicação
 - Informática

▶ FORMADORES

- Despachantes Oficiais
- Elementos destacados da DGAIEC e INE
- Elementos destacados das Associações empresariais
- Professores do meio académico ligado ao comércio internacional, fiscalidade, novas tecnologias e comportamentos

▶ DESTINATÁRIOS

- Despachantes Oficiais
- Funcionários dos DO
- Empresários e seus colaboradores a convite da CDO
- Funcionários da Alfândega e do INE a convite da CDO

OBJECTIVOS DA CDO

- ▶ Pretende-se que a Administração, os Operadores Económicos e a Sociedade em geral sejam capazes de:
 - Identificar os DO's como profissionais facilitadores dos trâmites e negócios internacionais.
 - Reconhecer ao DO competências e capacidades: Profissionais, interrelacionais e psicossociais
 - Identificar o DO como um parceiro
 - Classificar a profissão de DO como: Credível /De confiança / Facilitadora mas responsável
 - Concluir que o comércio internacional fica mais facilitado/simplificado se mediado por um DO.



Dr. Avelino Ribeiro
Consultor Jurídico da CDO

- Concluir que a fraude fiscal (concorrência desleal) diminui, se as transacções internacionais forem mediadas por um DO.
- Concluir que a Administração só tem a ganhar se os trâmites aduaneiros forem da exclusividade de profissionais habilitados (formação específica) – DO.



CONCLUSÃO

PARA QUE POSSAMOS LEVAR POR DIANTE AS PRETENSÕES DO DESPACHANTE OFICIAL NECESSITAMOS:

- Atingir os objectivos propostos
 - A união e o empenho de todos
 - Muito trabalho
 - Muita formação (continua)
 - Mudança de algumas mentalidades e procedimentos
 - Interajuda

Com:

- PROFISSIONALISMO
- COMPETÊNCIA
- EFICÁCIA
- CONFIANÇA
- CONDUTA
 - Urbanidade
 - Probidade

Os:

- OPERADORES ECONÓMICOS
- ADMINISTRAÇÃO
- SOCIEDADE EM GERAL

TERÃO COM CERTEZA, DO DESPACHANTE OFICIAL UMA BOA IMAGEM.

João Pala



ESTATUTO DO REPRESENTANTE ADUANEIRO

Minhas Senhoras, Meus Senhores, Caros Colegas,

Notaram, seguramente, que fizemos uma alteração ao programa. Na verdade o primeiro a intervir, sobre este tema do Estatuto do Representante Aduaneiro, devia ser o Dr. Fernando Carmo. No entanto, combinei com ele esta troca, para não correremos o risco de nos vírmos eventualmente a repetir. Decidi fazer um pequeno resumo histórico das várias crises e respectivas soluções desde a minha nomeação em 1970, porque penso que a História, para além de ser a "Ciência do passado", pode também dar-nos lições para o futuro.

A 1ª crise começa a desenhar-se após o 25 de Abril de 1974, mais concretamente após o tremendo erro do 11 de Março de 1975 com as nacionalizações da Banca, dos Seguros e das maiores empresas de então. A economia afundou-se rapidamente graças às greves, às ocupações selvagens, aos saneamentos, às fugas de muitos empresários, à falta de confiança e consequentemente de investimento.

À crise da economia juntou-se o sindicalismo revolucionário da extrema esquerda com o seu cortejo de reivindicações irrealistas que conduziram a tremendos aumentos da massa salarial.

O terceiro factor, não menos decisivo, foi, sem dúvida, a exigência de virem a ser nomeados despachantes oficiais cerca de centena e meia de colegas das ex-colónias entretanto regressados à Metrópole, fugindo da insegurança daqueles territórios.

Para esta 1ª crise confluíram, portanto, três factores decisivos, a saber:

- A crise Económica, implicando menos clientes com menos serviço
- O sindicalismo irrealista, conduzindo a maiores encargos
- O regresso dos despachantes das colónias, aumentando significativamente o quadro.

E aqui estava o "caldo" para o cortejo de desgraças que se seguiram: Insolvências, falências, fugas e até suicídios.

Tratou a direcção da época de encontrar a solução para esta profunda crise e após longas e demoradas negociações com os parceiros Governo, Sindicatos e Comissão de Despachantes do Ex-Ultramar, cedemos na abertura do quadro para acolher mais cerca de centena e meia de colegas, tendo conseguido, como contra-partida que iria suportar tudo isto, uma Tabela de Honorários oficial, de aplicação obrigatória.

E assim, graças à Tabela e também à lenta mas progressiva estabilização política do país e à consequente melhoria da economia, fomos saindo, a pouco e pouco, da crise em que havíamos mergulhado.

Em 12 de Junho de 1985 é assinado, no Mosteiro dos Jerónimos, o Tratado de Adesão de Portugal à C.E.E., concretizando-se a nossa entrada, juntamente com a da Espanha, em 1 de Janeiro de 1986.

Entretanto nos corredores de Bruxelas começava a falar-se na necessidade de se concretizar um verdadeiro Mercado Interno Comunitário.

Cerca de 1988 (mais ano menos ano) numa das minhas muitas deslocações a Bruxelas para participar em reuniões das nossas Associações Europeias, trouxe uma versão francesa do projecto de Livro Branco Sobre o Acabamento do Mercado Interno. Traduzi-o num fim-de-semana, quase me esquecendo de comer e de dormir, e na 2ª feira seguinte entreguei o trabalho ao então Presidente, o Colega José Lopes, dizendo-lhe: "- Aqui tem! Atenção que está aqui o anúncio da nossa morte. A meu ver é preciso começarmos já a exigir, do Governo e da Comissão, as medidas adequadas. Vai ser uma desgraça!"

Poucos me acreditaram. Diziam que se tratava de mais um dos meus habituais exageros e do meu exacerbado pessimismo. Que o Governo português havia de encontrar forma de substituir os documentos e formalidades que iriam desaparecer mantendo-se portanto a maioria do nosso serviço!!??



Luís Veiga Pires
Vice-Presidente do Conselho Directivo

Claro que as realidades, como quase sempre acontece, acabaram por se impor e todos começaram a acordar... Só que já era um pouco tarde!

Seguiu-se uma "chuva" de exposições, requerimentos, petições e coisas congêneres. E então assistiu-se ao clássico sistema do "empurrão", ou seja a Comissão empurrava para os Estados Membros e os Estados Membros, por sua vez, empurravam para a Comissão. O mais que acabou por se conseguir foi o célebre Regulamento 3904 que previa algumas ajudas que, embora insuficientes, foram, ainda por cima, desviadas para o betão e o asfalto que eram na altura a obsessão do Prof. Cavaco.

Quando, finalmente, despachantes e ajudantes concluíram que o diálogo já não era mais possível decidiram-se por uma forma de luta comum que visava forçar o Governo a negociar seriamente: - a greve.

E a greve, diga-se, foi um sucesso! O Governo, em desespero, deu instruções às Alfandegas para entregarem as mercadorias aos importadores mediante a simples apresentação da factura e a indicação de um número de contribuinte. Ainda hoje se ignora o montante da dívida aduaneira que ficou por cobrar embora se possa estimar em muitos milhões de euros (na altura escudos).

Se a greve se tem prolongado por apenas mais 2 ou 3 dias não restam dúvidas de que o Governo teria mesmo sido forçado a negociar. Só que, Câmara e Sindicatos foram completamente "driblados" pela habilidosa Drª Ferreira Leite. A virtuosa senhora afirmava que tinha a solução dos nossos problemas já preparada mas que só a tornaria pública depois de regressarmos todos ao

trabalho. Câmara e Sindicatos caíram que nem uns patinhos e desmobilizaram a greve. A resposta não tardou e limitou-se (pasmem-se!) a autorizar que os investimentos feitos em material informático fossem contabilisticamente amortizados em apenas um ano.

E chegamos assim ao 1º. de Janeiro de 1993, ou seja ao início da 2ª. Crise, de contornos muito mais graves do que a primeira.

De facto a publicação do Acto Único Europeu, criando o Mercado Interno Comunitário, impôs a abolição de todos os controlos e formalidades nas trocas intracomunitárias de mercadorias. A filosofia de base era a de que uma mercadoria deveria circular de Hamburgo para Lisboa precisamente nas mesmas condições em que circularia de Lisboa para o Porto.

Isto significou uma quebra súbita (do dia para a noite) de mais de 80% do nosso serviço. Foi a pior crise de sempre. Em pouco tempo passámos de mais de 6.500 empregados para pouco mais de 1.000. Os cerca de 600 despachantes reduziram-se rapidamente para cerca de 200. As economias de muitos colegas desfizeram-se para pagar 2/3 das indemnizações (o Governo assumira o pagamento de um terço!). Quem pôde reformou-se. Outros, em desespero, fugiram. Outros faliram. Outros não resistiram a ataques cardíacos, etc. etc.

Mas, uma vez mais, houve alguns resistentes que, a pouco e pouco, foram recuperando e reerguendo-se. Vários factores contribuíram para tão lenta mas segura recuperação. Permito-me, de entre eles, destacar os seguintes:

- O tempo, cuja passagem foi limando as principais arestas. De facto, e à medida que o tempo foi fluindo, foram acontecendo naturalmente quer as mortes, quer as reformas, quer as mudanças de profissão.
- Uma melhor gestão. A crise conseguiu ter o mérito de obrigar os sobreviventes a um metódico "apertar do cinto", ou seja a uma mais cuidada e profissionalizada gestão.
- Novas funcionalidades. Os sobreviventes rapidamente perceberam que se não podiam limitar a fazer despachos. Atiraram-se, por isso, para outras actividades como o Intrastat, a consultoria, os IEC, os automóveis e, sobretudo, a actividade transitária.
- O grande aumento do comércio com países terceiros. Começa por estes anos o aumento significativo das trocas com as economias em grande desenvolvimento, designadamente a China, a Índia, o Brasil e os "tigres asiáticos" (Coreia, Singapura, Taiwan, etc.)
- A Luta (ganha) pela criação, na revisão em curso do C.A.C., da reserva de uma das formas de representação para os profissionais de cada Estado Membro. Importa aqui sublinhar a grande dedicação e capacidade técnico-jurídica do nosso consultor Dr. Avelino Rocha Ribeiro.

Com todas estas medidas atingimos finalmente uma nova estabilização. Estava portanto, resolvida a 2ª crise, a maior de sempre.

Chegamos assim ao momento actual em que, quanto a mim, está em curso e em desenvolvimento a 3ª crise cujos factores são, a meu ver, os seguintes:

- A entrada no nosso mercado de trabalho de outros declarantes não despachantes (em regra ex-ajudantes) actuando em representação indirecta (sobretudo após a abertura concedida na utilização da caução-global)
- A concorrência desenfreada, e em muitos casos desleal, dos "courriers" que se apropriaram de todo (ou quase) o mercado

das remessas expresso que, sobretudo nos aeroportos, constituíam uma boa parte da nossa antiga actividade.

É evidente que esta 3ª crise está ainda na sua fase inicial, embora seja já responsável por um acentuado decréscimo das nossas receitas o que pode aliás ser confirmado pelos correspondentes decréscimos na venda de vinhetas na nossa Câmara. No entanto esta crise poderá tomar ainda proporções mais graves se, como tudo indica, se vier a concretizar, na próxima revisão do C.A.C. (Modernized Customs Code), a abolição da disposição do artº. 5º. do actual Código, que nos tem permitido beneficiar da exclusividade da representação directa.

Atentos à evolução permanente deste importante "dossier", e não tendo já dúvidas sobre o próximo (2009) desaparecimento desta importante protecção, decidi a CDO desencadear a estratégia que lhe pareceu mais adequada à ultrapassagem de mais esta crise. São principais ferramentas desta estratégia as seguintes acções:

- A Presidência, através do Dr. Fernando Carmo, da Comissão Aduaneira do CLECAT (seguramente a mais relevante desta importante Associação), possibilitando deste modo uma adequada gestão do decisivo "dossier" do M.C.C., e tendo já conseguido uma proposta conjunta (CLECAT/CONFIAD) sobre,
- A criação (para compensar o provável desaparecimento da protecção do artº. 5º.) duma nova figura profissional, o Representante Aduaneiro (Customs Representative).

E, caros colegas, como no teatro, aqui fica a minha "deixa", "Customs Representative", para ser desenvolvida pelo orador seguinte:

- O Dr. Avelino Rocha Ribeiro.

Obrigado pela vossa atenção.

Luís Veiga Pires

Vice-Presidente do Conselho Directivo



Adelino Pereira
Despachante Oficial



Avelino Rocha Ribeiro
Consultor Jurídico da CDO

É naturalmente prematuro tecer considerações jurídicas sobre o Código Aduaneiro Modernizado, numa altura em que existe apenas uma Proposta, aliás já enviada ao Parlamento Europeu e, no que ao Estatuto de Representante Aduaneiro respeita, e esse é o âmbito desta intervenção, falta a totalidade das Disposições de Aplicação, as quais como é sabido, na maior parte das vezes, alteram completamente o texto base a que se destinam.

O CAM (Código Aduaneiro Modernizado) deverá entrar em vigor em 2009, sendo previsível que vá sofrer várias alterações em relação à Proposta inicial.

Daí justificar-se que se opte por indicar as diferenças e especificidades da Proposta, em relação ao actual texto do CAC.

A primeira grande diferença consiste no facto da Proposta, abolir completamente, a possibilidade dos Estados Membros poderem reservar para os Representantes Aduaneiros, algumas das formas em que se exerce o direito de representação.

Temos de concordar que, tendo a Proposta como principal finalidade, criar um ambiente informático global em toda a União Europeia, dificilmente se pode defender a manutenção de tal direito de reserva, que iria por em causa a livre circulação dos serviços do Representante Aduaneiro e assim, anular o objectivo fundamental da Agenda 2000, hoje Agenda 2007.

Importará referir que este tipo de argumentação, sensibilizou a grande maioria dos E.M. que, se mostram disponíveis para eliminar tal direito de reserva, actualmente consagrado no artº.5 do CAC.

Outra diferença sensível, com implicações reflexas é a que, enquanto no CAC se diz que “qualquer pessoa pode fazer representar-se perante as autoridades aduaneiras” não dizendo por quem, a Proposta refere que tal representação é feita por um “Representante Aduaneiro”.

Fica assim expressamente criada a figura do Representante Aduaneiro.

Só que o CAM não avança com qualquer definição de quem será o tal Representante Aduaneiro. Por isso,

Quer a CONFIAD quer o CLECAT, apresentaram à Comissão Europeia, uma Posição Comum, na qual defendem que o Representante Aduaneiro tem de ser “Acreditado”, com base em parâmetros de honestidade profissional, solvência financeira e competência, devendo tal estatuto ser concedido pelo E.M., onde o candidato tem o seu domicílio.

Curiosamente, a Senhora Relatora do PE, assumiu por inteiro estas Posições Comuns e defende a referida Acreditação, com base nos mesmos parâmetros.

Teremos que aguardar pela decisão do Comité do PE onde a questão está a ser discutida e que votará tal relatório em 21/22 do corrente, para saber qual a opinião que será submetida a plenário do PE e, afinal, qual o resultado da votação deste.



Atilio Mesquita Guerra
Despachante Oficial



Daniel Vasco
Despachante Oficial



Nuno Braancamp
Despachante Oficial

Entretanto, a Proposta está já a ser analisada no âmbito dos COREPER (Comité dos Representantes Permanentes dos EM na EU), havendo informações que se estará longe de se obter um sentido de voto.

Outra questão prende-se com a condição que é estabelecida na Proposta, para que o Representante Aduaneiro possa beneficiar do estatuto de operador económico autorizado, pressuposto definido como pressupondo uma base regular e comercial. Trata-se de uma condição mal definida, que remete para o conceito de mandato e para a natureza comercial ou civil deste e não responde à extensão de tal relação com um ou vários clientes, sabido que o estatuto de AEO, uma vez concedido, se aplica a todos os EM.

No essencial, poderá dizer-se que o aspecto fundamental da alteração ao actual artº.5, que na Proposta vem consignado nos artº.ºs 11, 12 e 13, tem a ver com o fim do direito de reserva. Todavia,

Se bem reflectirmos, temos de convir que o actual direito de reserva consagrado no artº. 5 do CAC, ofende não só o próprio Tratado, como a legislação nacional, uma vez que permite que, ao lado dos Representantes Aduaneiros (Despachantes Oficiais em Portugal) trabalhem outros Operadores, não titulados, sem qualquer qualificação profissional) que, por esses motivos, não dão nem nos EM nem à EU qualquer garantia de boas práticas, com as inevitáveis consequências que daí advêm.

A definição de um verdadeiro Estatuto do Representante Aduaneiro, colocando todos os profissionais dessa área, em igualdade de circunstâncias, constitui um passo demasiado óbvio, numa EU que pretende formação e qualificação profissionais.

Avelino Rocha Ribeiro
Consultor Jurídico da CDO

DIVERSOS

Foi abordada a questão do deferimento do pagamento do IVA na importação, considerando o que prevê a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2007 que aumenta o prazo de deferimento do respectivo pagamento em mais trinta dias e as suas diversas implicações a nível da Caução Global de Desalfandegamento.

Mereceu especiais considerações, o facto de, por motivo de tal espaço temporal de deferimento, aumentar significativamente, a responsabilidade dos titulares de uma caução global de desalfandegamento, como é o caso dos despachantes oficiais.

Foi analisada a circunstância incompreensível e ao arrepio das práticas em todos os Estados Membros da União Europeia, da DGAIEC, não permitir que uma caução global seja constituída por várias garantias. Tal entendimento foi considerado como mais uma dificuldade para os operadores económicos nacionais, infelizmente sempre prejudicados em relação aos seus congéneres europeus, por interpretações burocráticas, com manifesta falta de sentido dos interesses da economia nacional.

Foram igualmente apreciadas diversas situações directamente ligadas com o Seguro de Saúde e da Caução Profissional, especialmente na vertente dos seus custos para a CDO e no consequente reflexo no próximo orçamento considerando ter-se verificado que a maior componente dos custos do seguro de saúde, não resulta dos serviços prestados aos despachantes oficiais mas sim aos seus familiares, donde não ter qualquer sentido que eventualmente por esse motivo, possa a CDO vir ser anualmente responsabilizada, por força da normal clausula "bónus/ malus"

ENCERRAMENTO

O Presidente do Conselho Directivo, Dr. Fernando Carmo, agradeceu a colaboração de todos os Participantes, com cuja presença se congratulou, fazendo votos para que todos tenham saído mais enriquecidos deste Encontro. Deixa claro que a CDO, designadamente o seu Conselho Directivo, tudo fizeram para que este evento, para além da sua vertente social, se pudesse integrar numa especial acção de formação.

Terminou desejando a todos, as maiores felicidades.



NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

A CDO continua a entender que deve estar presente em todas as Reuniões Internacionais, onde se discutam questões relevantes para o interesse dos Despachantes Oficiais.

Nessas Reuniões não só se lançam a maior parte das vezes, ideias base de um determinado conceito ou de uma prática, como normalmente aí se discutem a sua evolução e mesmo as redacções finais.

Considerando que o novo Código Aduaneiro Comunitário (MCC) está na "ordem do dia" atravessando uma discussão que está longe de estar acabada e cujo texto final será essencial para a actividade de Despachantes Oficiais, bem se compreende a presença da CDO em todos os locais onde quaisquer assuntos com eles relacionados possam ser discutidos.

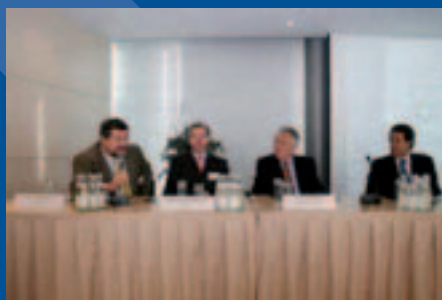
Pela sua ligação intrínseca ao MCC, no futuro ambiente europeu informatizado, os novos conceitos de Single Window, Single European Authorisation, Electronic Customs e Automated Import System, tendo merecido da CDO um acompanhamento atento.

REUNIÕES INTERNACIONAIS

- Electronic Customs Group (Customs Code Committee) 12/13 Janeiro 2006
- Customs 2007 – Conference on Single European Authorisation – Viena 26/27 de Janeiro 2006
- Customs 2007 – Seminars on Single Window – Innsbruck 13 de Março 2006
- Customs 2007 – Seminars on Automated Import System Lulea/Suécia 3/4 Abril 2006

CLECAT

- Reunião do "Customs and Indirect Taxation Institute" – Bruxelas 3 de Fevereiro 2006
- Reunião do "Customs and Indirect Taxation Institute" – Bruxelas 22 de Junho 2006
- Reunião do "Customs and Indirect Taxation Institute" – Bruxelas 29 de Novembro de 2006-11-20



Mesa que presidiu à Conferência

- Conferência "The Role of Customs Services in the Facilitation of Trade Logistics" – Bruxelas 30 de Novembro de 2006-
- Assembleia Geral do Clecat -1 de Dezembro de 2006

Conference on the European Accreditations of Customs Representatives – Bruxelas 5 de Outubro de 2006

Realizou-se em Bruxelas, a Conferência on the European Accreditations of Customs Representatives, da iniciativa do CLECAT. Estiveram presentes, o Sr. László Kovács, Comissário para os Impostos Indirectos da Comissão Europeia, o Senhor Miroslaw Zie-



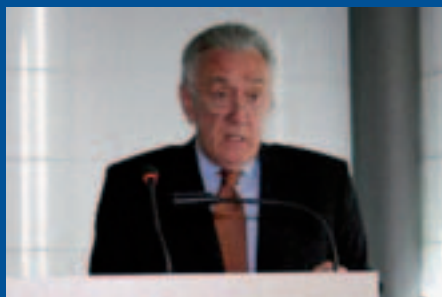
Sr. Miroslaw Zielinski – Director Geral da TAXUD

linski, Director Geral da Política Aduaneira do Taxud, a Senhora Anaboli, Assistente da mesma Direcção Geral, o Presidente do Clecat e diversas individualidades, representativas das várias Associações Profissionais da União Europeia.



Comissário László Kovács e MS Anaboli (Assistente da Direcção Geral da TAXUD)

Em causa estava, o verificar até que ponto diversos operadores as suas Associações Representativas e fundamentalmente, a própria Comissão Europeia, apoiavam a Posição Comum do Clecat e da Confriad, sobre as alterações a introduzir no MCC a propósito do Estatuto do Representante Aduaneiro.



Sr. László Kovács – Comissário TAXUD



Comissário László Kovács e Dr. Fernando Carmo



Aspecto da Assistência

Após as várias intervenções, do Sr. Kovacs, Sr. Zielinski, Sra. Anaboli, Dr. Fernando Carmo (Clecat) e Prof. Wess (Confiad), e dos representantes das várias Associações, foi possível concluir que as ideias constantes da Posição Comum são perfeitamente razoáveis e os seus argumentos justificáveis.

CONFIAD

- Reunião do Conselho de Direcção-Gent (Bélgica) – 17 de Março de 2006
- Reunião do Conselho de Direcção –Gent-Bélgica) – 14 de Julho de 2006



Mesa que presidiu à Assembleia Geral



Aspecto da Assistência

- Assembleia Geral - Limassol (Chipre) – 10 de Novembro de 2006
- Reunião do Conselho Directivo – Limassol (Chipre) – 10 de Novembro de 2006

IFCBA

Realizou-se de 13 a 16 de Maio de 2006, em Beijing, uma reunião do seu Conselho Directivo e a Conferência Internacional da IFCBA. Participaram altas individualidades de todo o Mundo, bem como Representantes do Governo da República Popular da China. Discutiram-se as orientações da Organização Mundial das Alfândegas e essencialmente, a sua eventual projecção sobre a União Europeia. Das várias reuniões de trabalho, foi possível constatar, o alto nível profissional e tecnológica das Alfândegas Chinesas e dos despachantes locais.

Reuniu-se em Bruxelas nos dias 15 e 16 de Novembro de 2006, o Conselho Directivo da IFCBA, tendo como objectivo principal, o estudo comparado do Estatuto do Representante Aduaneiro.



(Reunião do Conselho Directivo da IFCBA, Beijing, China - 14 a 16/05/06)

GABINETE TÉCNICO DE APOIO

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

026805

30-04-2002

2ª. SECÇÃO

ANTÓNIO PIMPÃO

CONTENCIOSO ADUANEIRO.

DÍVIDA ADUANEIRA.

RESPONSABILIDADE FISCAL.

FIANÇA.

CÓDIGO ADUANEIRO COMUNITÁRIO.

I – O artº. 374º do Regulamento (CEE) nº. 2454/93 tem como sujeito passivo quer no primeiro quer no segundo parágrafo o fiador.

Tendo, na situação concreta dos presentes autos, a dívida aduaneira sido liquidada à recorrente, como responsável principal, que, como tal foi considerada, não lhe é aplicável o regime do fiador previsto naquele artº. 374º do Regulamento (CEE) nº. 2454/93 que se aplica a este e não àquele. JSTA00057554

SA220020430026805

19-12-2001

A...

FAZENDA PÚBLICA

UNANIMIDADE

REC JURISDICIONAL.

SENT TT1INST LISBOA PER SATUM.

NEGA PROVIMENTO.

DIR PROC TRIBUT CONT – OPOSIÇÃO.

CADUCOM92 ART96 N1 N2.

REG COM CEE 2454/93 DE 1993/07/02

ART374.

Acordam, em conferência, na 2ª. Secção do Supremo Tribunal Administrativo:

★

1. A..., recorre da sentença que, no Tribunal Tributário de 1ª. Instância de Lisboa, 4ª. Juízo, 1ª. Secção, julgou improcedente a oposição.

Alegou formulando as seguintes conclusões:

1ª. Há contradição entre o despacho de fls. 34 e a sentença recorrida.

2ª. Se se tiver por correcto o entendimento de que todos os fundamentos invocados na petição inicial da oposição constituem matéria a ser conhecida e decidida em sede de impugnação judicial, o tribunal deveria ter feito convalidação para esse meio processual, ordenando a correcção do processo para o meio adequado segundo a lei.

3ª. Ao contrário do decidido, o prazo do artº. 374º do Regulamento (CEE) 2454/93 é de prescrição e não de caducidade.

O EMMP entende que o recurso não merece provimento pois que a oposição não integra nenhum fundamento legal de oposição ao que acresce que datando o registo da liquidação de 3-3-1987 (cfr. fls. 15) e datando a petição de oposição de 3-7-99 (cfr. fls. 2) não podia convolar-se a oposição em impugnação por ser esta intempestiva.

★

2. A sentença recorrida fixou o seguinte quadro factual:

A) – A execução fiscal, por dependência da qual foi deduzida a presente oposição foi instaurada, em 27/05/1997, pela Fazenda Pública, contra a oponente A..., para cobrança da quantia de 9.700.437\$00, correspondente a direitos e demais importâncias devidas pelo não apuramento da operação de trânsito comunitário – TI nº. 300043 de 15/10/96, acrescida de juros de mora, conforme certidão cuja cópia consta de fls. 13 dos autos e que se dá por integralmente reproduzida;

B) – A oponente foi citada para os termos da execução em 11/06/1997;

C) – A petição inicial da presente oposição deu entrada na 2ª. R.F. de Vila Franca de Xira em 03/07/1997.

★

3.1. A sentença recorrida julgou a oposição improcedente por não se enquadrarem em

qualquer dos fundamentos de oposição previstos no artº. 286º do CPT os enunciados nos diversos artigos da petição inicial.

Contra o assim decidido insurge-se a recorrente sustentando, nas conclusões das suas alegações, que há contradição entre o despacho de fls. 34 e a sentença recorrida, que se se tiver por correcto o entendimento de que todos os fundamentos invocados na petição inicial da oposição constituem matéria a ser conhecida e decidida em sede de impugnação judicial, o tribunal deveria ter feito convalidação para esse meio processual, ordenando a correcção do processo para o meio adequado segundo a lei e que ao contrário do decidido, o prazo do artº. 374º do Regulamento (CEE) 2454/93 é de prescrição e não de caducidade.

Não questiona, por isso, a recorrente o decidido quando entendeu que sendo a citação uma formalidade do processo de execução, só neste poderá ser arguido o conhecimento da sua eventual nulidade, não constituindo fundamento de oposição, pois que havia a oponente alegado na P.I. que, quer a nota de citação quer a certidão a ela junta, não continham os fundamentos de facto e de direito que suportam a decisão de instaurar a execução contra a oponente.

E, conforme sustenta o EMMP, não podem os presentes autos de oposição ser convalidados para processo de impugnação pois que datando o registo da liquidação de 3-3-1997 (fls. 15) não foi aquela instaurada no prazo de 90 dias a que se reporta o artº. 123º do CPT já que a mesma deu entrada no dia 3-7-97, conforme resulta de fls. 1 e 2 dos presentes autos.

Resta, por isso, apreciar a restante matéria levada às conclusões das alegações e que se prende com as questões anteriormente enunciadas.

E, por isso, importa saber se ocorre contradição entre o despacho de fls. 34 e a sentença recorrida.

Este despacho é do seguinte teor "uma vez que dos fundamentos alegados na petição inicial só a invocada prescrição é susceptível

vel de apreciação em sede de oposição, julgo dispensável a produção de prova”.

Acrescenta a recorrente que naquele despacho, por se ter entendido que a prescrição era o único fundamento que podia ser conhecido em sede de oposição, foi dispensada a produção de prova testemunhal enquanto que na decisão recorrida se entendeu que a matéria invocada como prescrição consubstancia caducidade, pelo que devia ter sido alegada em sede de impugnação judicial.

O que o mencionado despacho decidiu de relevante foi julgar dispensável a produção de prova pelo que se toma irrelevante e eventual existência da questionada contradição.

Saber se os fundamentos alegados na petição inicial integram prescrição ou caducidade é questão de qualificação jurídica que o tribunal pode apreciar de fundo não ficando impedido de enquadrar a situação factual num ou noutro dos institutos, não podendo afirmar-se existir caso julgado sobre tal qualificação ou enquadramento jurídico.

E na situação dos autos havia a ora recorrente afirmado nos artºs. 3º e 4º da petição que “ao abrigo do Regulamento (CEE) nº 2913/92 – artº. 96 e do Regulamento de aplicação (CEE) nº 2454/93 – artº. 374, a cobrança dos direitos e demais imposições só podem ser efectuadas até um ano desde o registo do TI “pelo que considerando que o TI nº. 300043 está datado de 15-01-96 encontra-se já esgotado o prazo legal para a cobrança, excepção que se invoca com as legais consequências” para acrescentar nas alegações do presente recurso que o prazo do artº. 374º do Regulamento (CEE) 2454/93 é de prescrição e não de caducidade. A sentença em apreciação havia entendido que se integrava tal matéria no instituto da caducidade pelo que respeitando à legalidade do acto tributário da liquidação só podia ser conhecida em sede de impugnação.

E para a apreciação da situação dos presentes autos torna-se irrelevante determinar se estamos perante uma situação de caducidade do direito à liquidação, se perante uma situação de prescrição da dívida exequenda ou se perante uma qualquer excepção como a recorrente a havia qualificado no artº. 4º da petição inicial.

Com efeito o artº. 374º do Regulamento (CEE) nº 2454/93 tem como sujeito passivo quer no primeiro quer no segundo parágrafo o fiador.

Na situação concreta dos presentes autos a dívida foi liquidada à recorrente como responsável principal conforme se escreveu na notificação de fls. 14 e conforme é assumido pela recorrente no antepenúltimo parágrafo de fls. 4.

O mesmo resulta do registo da liquidação de fls. 17 que foi emitido em nome da recorrente.

E o responsável principal é, nos termos do artº. 96º 1 do Regulamento (CEE) nº 2913/92, o titular do regime de trânsito comunitário externo.

Como tal e segundo o mesmo preceito: compete-lhe apresentar as mercadorias intactas na estância aduaneira de destino no prazo prescrito, respeitando as medidas de identificação tomadas pelas autoridades aduaneiras e respeitar as disposições relativas ao regime de trânsito comunitário.

Ainda segundo o nº 2 do mesmo preceito legal, sem prejuízo das obrigações do responsável principal referidas no nº 1, o transportador ou do destinatário das mercadorias, que receba as mercadorias sabendo que as mesmas se encontram em regime de trânsito comunitário, é igualmente obrigado a apresentar as mercadorias intactas na estância aduaneira de destino no prazo fixado, respei-

tando as medidas de identificação tomadas pelas autoridades aduaneiras.

Do exposto resulta que à situação concreta dos autos, perante a alegação da oponente e perante a notificação que lhe foi efectuada, não lhe podia ser aplicado o regime do fiador previsto naquele artº. 374º do Regulamento (CEE) nº 2454/93 que se aplica ao fiador quando a oponente responde como responsável principal.

Do exposto resulta que, ainda que por motivos não totalmente coincidentes, não merece provimento o presente recurso.

★

4. Termos em que se acorda em negar provimento ao presente recurso.

Custas pela recorrente fixando-se em 50% a procuradoria. Lisboa, 30 de Abril de 2002

António Pimpão -Relator -Mendes Pimentel -Vitor Meira.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Prejudicial

“Código Aduaneiro Comunitário - Dívida aduaneira na importação - Cobrança de juros de mora”

(Segunda Secção)

Por despacho de 28 de Fevereiro de 2002, o Verwaltungsgerichtshof submeteu uma questão prejudicial sobre a interpretação do Regulamento (CEE) nº.2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, e do Regulamento (CEE) nº.2454/93 da Comissão, de 2 de Julho de 1993, que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento nº.2913/92.

O litígio no processo principal e a questão prejudicial

Em 17 de Dezembro de 1998, o Hauptzollamt Linz procedeu, nos termos do artigo 220º., nº. 1, do código aduaneiro, a um registo de liquidação a posteriori de direitos aduaneiros devidos pela Hannl. O montante dos direitos aduaneiros que registou elevava-se a 30 694 ATS. No mesmo dia, esta autoridade determinou, nos termos do § 108, nº. 1, da Bundesgesetz betreffend ergänzende Regelungen zur Durchführung des Zollrechts der Europäischen Gemeinschaften (Zollrechts-Durchführungsgesetz-Zollr- DG) (lei federal relativa às disposições suplementares para a aplicação do direito aduaneiro das Comunidades Europeias), de 23 de Agosto de 1994 (a seguir “Zollr-DG”), um agravamento destes direitos no montante de 2 157 ATS.

Tendo o Hauptzollamt indeferido a reclamação desta decisão apresentada pela Hannl, a sociedade em causa recorreu para a Finanzlandesdirektion.

Em 2 de Novembro de 2000, a Finanzlandesdirektion negou provimento ao recurso e completou o dispositivo da decisão do Hauptzollamt com a indicação da base de cálculo de 228 668 ATS (30 694 ATS, relativos a direitos aduaneiros, e 197 974 ATS, a imposto sobre o volume de negócios na importação), da taxa de juro anual

de 5,66% e de períodos de mora decorridos de 15 de Novembro de 1998 a 14 de Dezembro de 1998 e de 15 de Dezembro de 1998 a 14 de Janeiro de 1999.

A Hannl interpôs então recurso desta decisão para o Verwaltungsgerichtshof, afirmando que o agravamento dos direitos previsto no § 108, n.º. 1, da ZollR-DG é contrário ao direito comunitário. Efectivamente, o código aduaneiro, que tem por objecto harmonizar o direito aduaneiro, não contém, para além dos artigos 229.º, 232.º, n.º. 1. e 241.º, qualquer disposição relativa a juros ou a outras obrigações fiscais, pelo que os Estados-Membros não estarão autorizados a adoptar medidas nacionais na matéria.

Considerando que a resolução do litígio que lhe foi submetido carece da interpretação do direito comunitário, o referido órgão jurisdicional decidiu suspender a instância e submeter ao Tribunal de Justiça uma questão prejudicial.

Quanto à questão prejudicial

Com a sua questão, o órgão jurisdicional pretende, no essencial, saber se o código aduaneiro e o regulamento de aplicação devem ser interpretados no sentido de que se opõem a uma regulamentação nacional que prevê um agravamento dos direitos aduaneiros no caso de ser constituída uma dívida aduaneira nos termos dos artigos 202.º, a 205.º, ou 210.º, ou 211.º, do código aduaneiro, ou no caso de cobrança a posteriori previsto no artigo 220.º, do mesmo código, e que corresponde ao montante de juros de mora que seria devido em relação ao período entre a constituição da dívida aduaneira e o registo da sua liquidação ou, no caso de cobrança a posteriori nos termos do artigo 220.º, do código aduaneiro, em relação ao período entre o vencimento da dívida aduaneira inicialmente considerado para efeitos de registo de liquidação e o momento do registo de liquidação a posteriori dessa dívida aduaneira.

O Tribunal de Justiça sublinha que os Estados-Membros têm competência para adoptar as medidas adequadas a garantir o respeito da regulamentação aduaneira comunitária, desde que as referidas medidas respeitem o princípio da proporcionalidade.

O próprio princípio do agravamento, como o que está em causa no processo principal, que visa assegurar que os operadores económicos respeitem as disposições

da regulamentação comunitária, não se afigura contrário ao direito comunitário. Com efeito, como afirmou o Governo austriaco, na falta de tal medida, os operadores teriam vantagem em atrasar, adoptando um comportamento ilegal ou negligente, o registo de liquidação da dívida aduaneira. A medida tem por objectivo não desfavorecer os operadores económicos que respeitam a regulamentação comunitária e cujo comportamento permite um registo de liquidação e uma rápida regularização da dívida aduaneira.

Quanto ao montante do agravamento, é importante que seja fixado, em conformidade com a jurisprudência, em condições análogas às existentes em direito nacional para infracções da mesma natureza e da mesma gravidade e que, de qualquer forma, confirmem à sanção um carácter efectivo, proporcionado e dissuasivo. Compete ao órgão jurisdicional de reenvio apreciar se o agravamento em causa no processo principal está de acordo com estes princípios.

O Tribunal declara:

«O Regulamento (CEE) n.º. 2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, e o Regulamento (CEE) n.º. 2454/93 da Comissão, de 2 de Julho de 1993, que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento n.º. 2913/92, devem ser interpretados no sentido de que não se opõem a uma regulamentação nacional que prevê um agravamento dos direitos aduaneiros no caso de ser constituída uma dívida aduaneira nos termos dos artigos 202.º, a 205.º, ou 210.º, ou 211.º, do Código Aduaneiro Comunitário, ou no caso de cobrança a posteriori previsto no artigo 220.º, do mesmo código, e que corresponde ao montante de juros de mora que seria devido em relação ao período entre a constituição da dívida aduaneira e o registo da sua liquidação ou, no caso de cobrança a posteriori nos termos do artigo 220.º, do Código Aduaneiro Comunitário, em relação ao período entre o vencimento da dívida aduaneira inicialmente considerado para efeitos de registo de liquidação e o momento do registo de liquidação a posteriori dessa dívida, desde que a taxa de juro seja fixada em condições análogas às existentes em direito nacional para infracções da mesma natureza e da mesma gravidade e que confirmem à sanção um carácter efectivo, proporcionado e dissuasivo. Compete ao órgão jurisdicional

NACIONAL APRECIAR SE O AGRAVAMENTO EM CAUSA NO PROCESSO PRINCIPAL ESTÁ DE ACORDO COM ESTES PRINCÍPIOS.»

LISTAGEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA	ANTÔNIO GIL TADEU	AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA
ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA	ANTÔNIO JOAO FLORINDO CADETE	AUGUSTO MARTINS VIEGAS
ACÁCIO FRANCISCO JOSÉ PINTO BASTOS REBELO	ANTÔNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO	AUGUSTO DA SILVA QUINTAS
ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA	ANTÔNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES	AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO
ADELINO INFANTE GOUVEIA	ANTONIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA	AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA
ADÉRITO NUNES MONTEIRO	ANTÔNIO JOAQUIM NEVES MATIAS	BALTAZAR RODRIGUES PEDROSA E CASTRO
ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE	ANTÔNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA	BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA
ADRIANO GOMES PINHAL	ANTÔNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES	BELARMINO FERNANDES JOAQUIM
AFONSO PINTO DE OLIVEIRA	ANTÔNIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA	BENJAMIM VALENTE
AGOSTINHO FRANCISCO DUARTE DE BRITO	ANTÔNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO	BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS
AIRES PEREIRA DA SILVA LAVOS	ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SEMEANO	BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH
ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL	ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO	CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA
ALBERTINO FERREIRA DA SILVA	ANTONIO JOSE SIMOES DE ALMEIDA	CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA
ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES	ANTÔNIO LUÍS MOREIRA DIAS	CANDIDO JOSE MENDES MAURICIO
ALBERTO AUGUSTO DA COSTA	ANTÔNIO LUÍS SANCHES LUÍS	CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS
ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO	ANTÔNIO MADEIRA CASTELO BRANCO	CARLOS ALBERTO BAPTISTA MARTINHO
ALBERTO FARINHA RODRIGUES	ANTÔNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES	CARLOS ALBERTO CONSTANTE DOMINGUES
ALBERTO JOSÉ DE SERPA TELLO DE CASTRO	ANTÔNIO MANUEL BRAGANÇA RIJO	CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO
ALBERTO JOSÉ VIEIRA	ANTONIO MANUEL RODRIGUES FERNANDES	CARLOS ALBERTO DIAS AMADO
ALBERTO PINTO DE CARVALHO	ANTÔNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS	CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS
ALBERTO PIRES BAPTISTA	ANTÔNIO MARIA MAGRO ROSA	CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES
ALBINO FERREIRA DE QUEIRÓS	ANTÔNIO MENDES DUARTE	CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA
ALBINO MARTINS DOS REIS PRATA	ANTÔNIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DUQUE
ALEXANDRE ARTUR OERTTEL VIEIRA LOBO	ANTÔNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO	CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES
ALFREDO BARBOSA DA FONSECA	ANTÔNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS	CARLOS ALBERTO PIRES LEMOS
ALFREDO DA CONCEIÇÃO GARRIDO	ANTONIO MORGADO MACEDO	CARLOS ALBERTO ROCHA ALVES
ALFREDO MARTINS GONÇALVES DE AZEVEDO	ANTÔNIO NEVES PINTO	CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS
ALFREDO DOS SANTOS MELLA	ANTÔNIO OLIVEIRA RIBEIRO	CARLOS ALVES COELHO FARIA
ALFREDO SOARES FERREIRA	ANTÔNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE	CARLOS ANTÔNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO
ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE	ANTONIO PEREIRA LOPES	CARLOS CIPRIANO DA COSTA
ALVARO FERNANDES CASTELA	ANTÔNIO DA ROCHA TEIXEIRA	CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA
ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS	ANTÔNIO RODRIGUES MARQUES	CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES
ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS	ANTÔNIO ROSA NUNES	CARLOS LUIS PEREIRA
AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO	ANTONIO ROSA DOS SANTOS	CARLOS MANUEL DO AMARAL VIDEIRA
AMÉRICO CARRETERO GOMES DE AGUIAR	ANTÔNIO SARAIVA VILAÇA	CARLOS MANUEL CORREIA MARQUES
ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO	ANTÔNIO DA SILVA MARTINS CARNEIRO	CARLOS MANUEL DAMAS PELADO
ANGELO ROSA PIRES	ANTÔNIO DA SILVA PRATES	CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS
ANIBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA	ANTÔNIO SIMÕES GODINHO	CARLOS MANUEL DE JESUS FERNANDES
ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO	ANTONIO SIMOES DA SILVEIRA	CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS
ANTÔNIO ABEL CORUJEIRA	ANTONIO DA VEIGA FREIRE	CARLOS MANUEL PONTE JÚLIO
ANTONIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA	ANTONIO VITAL D'ALMEIDA ROSADO	CARLOS MANUEL ROLO BEATO
ANTÔNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO	ANTONIO VITOR DE MESQUITA FERREIRA	CARLOS PEREIRA DA SILVA
ANTÔNIO BRAGA BARROS	ARLINDO ANTONIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA	CARLOS ROBERTO DE VILHENA DE O. ANDRADE BOTELHO
ANTÔNIO CARLOS COSTA LEAL	ARLINDO NUNES CASTELÃO	CASTOR JOAQUIM CALDEIRA SANTANA
ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL	ARMANDO ALBERTO SIMOES PEREIRA	CELESTINO PEDRO RAMOS
ANTÔNIO CÉSAR ALVES MORAIS PEREIRA	ARMANDO AUGUSTO TROVISCO AIRES	CESÁRIO GUILHERME FERREIRA
ANTÔNIO COELHO BARBOSA	ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA	CLAUDEMIRO DE MAGALHÃES GUEDES DA SILVA
ANTONIO DIOGO CAVACO	ARMANDO RIBEIRO DE ANDRADE	CUSTÓDIO PEREIRA FERREIRA
ANTÔNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA	ARMANDO DA SILVA AMARAL	DANIEL DA COSTA RODRIGUES
ANTONIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA	ARMENIO SIMOES DA SILVEIRA	DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO
ANTONIO FERNANDES	ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA	DANIEL DA SILVA BASTOS
ANTÔNIO FERNANDES DE ABREU	ARMINDO CORREIA LEITE	DAVID MANUEL DE ABREU
ANTÔNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO	ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA	DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO
ANTONIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO	ARTUR MARQUES RODRIGUES	DELFINO MANUEL DA COSTA OLIVEIRA
ANTÔNIO FERNANDO PINTO DE ANDRADE	ATILIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA	DIOGO ALBERTO CASAIS FERNANDES MAGALHÃES

DOMINGOS ANTÓNIO NEVES PINTO	FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA TAVARES DE SENA	JOÃO PEDRO DA ROCHA BARROS
DOMINGOS CAETANO RAMOS PEREIRA	FRANCISCO VARANDAS FERNANDES	JOÃO PEDRO SANTOS DE ALMEIDA
DOMINGOS JOSÉ DE SOUSA VALENTE	GABRIEL CESAR DAS NEVES COELHO	JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA
DOMINGOS MONTEIRO XAVIER	GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO	JOAQUIM ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS
DUARTE VELADA ROSADO	GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA	JOAQUIM ANTONIO LOPES BRAGA
EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS	HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES MAIO	JOAQUIM ANTÓNIO NUNES REBORDÃO
EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO	HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA	JOAQUIM DE BRITO MENDES
EDUARDO JOSÉ DE SOUSA	HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA	JOAQUIM CARDOSO CORREIA
EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA	HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA	JOAQUIM FERNANDES DE ABREU
EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA	HENRIQUE JOSE DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO	JOAQUIM GALEGO BRANCO ALAS
EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO	HERCULANO JOSÉ POMBINHO	JOAQUIM JOSE PARREIRA FRAGOSO
EDUARDO DA SILVA RANGEL	HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO	JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ
ELEUTERIO DA CRUZ SERRANO	HERNANI JOSE SANTANA DA CONCEIÇÃO	JOAQUIM MARIA DA COSTA
ELISIO NOGUEIRA CARDOSO	HILÁRIO RODRIGUES PACHECO	JOAQUIM MARQUES
EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA	HUMBERTO HILARIO PINTO	JOAQUIM ROSA GONÇALVES
EMILIO MANUEL DA SILVA CORRÊA	HUMBERTO RESENDES DE MELO	JOAQUIM TEIXEIRA DE CARVALHO BRITES
ERNESTO FERNANDO RODRIGUES GONÇALVES	ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO	JOEL PENEDO MARQUES DUARTE
ERNESTO MANUEL OLIVEIRA DA SILVA RELVAS	IVO CANDEIAS ANICETO	JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA
EUGÉNIO MORGADO BARRÃO DA SILVA	JACINTO CABRAL TRAVASSOS	JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA
EURICO ARNALDO DE SOUSA E MENEZES	JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA	JORGE BARNABÉ ALEMAO REBELO
FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES	JAIME PEREIRA GREGORIO	JORGE LEAL REBELO VIEIRA
FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS LOYO	JAIME SIMÃO CARNEIRO	JORGE MANUEL DE ARAUJO TEIXEIRA
FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES	JERONIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES	JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA
FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA	JOAO ALVES FEVEIREIRO	JORGE MANUEL PIÇARRA SÃO MARCOS
FERNANDO DE ALMEIDA NOGUEIRA	JOAO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA	JORGE MANUEL SARAIVA BRANDAO
FERNANDO ANTÓNIO AMARO DOS SANTOS	JOAO ANTONIO DE SOUSA	JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO
FERNANDO AUGUSTO CARDOSO MOREIRA	JOÃO AUGUSTO LOPES PALA	JORGE MARIO DA SILVA LAROZE ROCHA
FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARQUES	JOAO BALTAZAR SILVA CARMONA	JORGE MARTINS DIONISIO
FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO	JOAO BARATA FERNANDES	JORGE MOREIRA RAPOSO
FERNANDO CARLOS DOMINGUES DA CERVEIRA PINTO	JOAO CAIRES CORREIA	JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO
FERNANDO CARVALHO PEIXOTO	JOAO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA	JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE
FERNANDO CÉSAR BATALHA LOPES PEDROSA	JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA	JOSE ALBERTO CAMPOS COSTA
FERNANDO DIAS MOREIRA	JOAO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES	JOSE ALFREDO SILVA AGULHEIRO
FERNANDO DIAS DOS SANTOS	JOAO CARLOS DA SILVA MELO DE SOUSA	JOSÉ ANTÓNIO FERNANDES FERREIRA
FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA	JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES	JOSÉ ANTÓNIO GUEDES VAZ DE SÁ CARNEIRO
FERNANDO DA ENCARNAÇÃO CARRILHO	JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARGUEIRA	JOSÉ ANTÓNIO MARQUES ANTUNES
FERNANDO EUGENIO DE ABREU	JOAO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES	JOSE ANTONIO DOS SANTOS RUIMINHO
FERNANDO GONÇALVES DIAS	JOAO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGAO	JOSE ANTONIO DA SILVA QUINTAS
FERNANDO JORGE FERNANDES DA CERVEIRA PINTO	JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA	JOSÉ ANTÓNIO SOARES ARRUDA
FERNANDO JORGE MARTINS FERREIRA DE BRITO	JOAO JORGE SILVA DE LA FERIA	JOSE ARNALDO SOUSA TUNHAS MAYAN COSTA
FERNANDO JOSÉ PINTO COELHO	JOAO JOSE FERREIRA DE MOURA BOTAS	JOSÉ AUGUSTO ALVES BARROSO MANTA PEREIRA
FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO	JOAO JOSE LORDELO TEIXEIRA	JOSE AUGUSTO CABO VERDE MENDES
FERNANDO LOPES ROSA	JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA	JOSE AUGUSTO LOURO ESPERANÇA
FERNANDO LUÍS SILVA TAVARES	JOAO LUCIO DA COSTA LOPES	JOSE AUGUSTO RODRIGUES GOMES
FERNANDO MANUEL DO CARMO	JOAO LUIS FERNANDES FERREIRA	JOSE AUGUSTO DA SILVA PATO
FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA	JOÃO LUÍS DE FREITAS RODRIGUES	JOSE BARROS DA ROCHA
FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO	JOAO LUIS MANTA PEREIRA	JOSE CARLOS CARRILHO PINTO
FERNANDO MANUEL PEREIRA TAVARES	JOAO LUIS DA SILVA LEMOS VALENTIM	JOSE CARLOS DA SILVA FILIPE
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO	JOÃO LUÍS DE SOUSA ABREU	JOSE EDUARDO LEAL MOITA
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA	JOAO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER	JOSE FERNANDO FERREIRA MARTINS
FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA CANASTRO	JOAO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO	JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES
FERNANDO MANUEL DE SOUSA DOS SANTOS CLAUDINO	JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES	JOSE FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA
FERNANDO MARIO FERREIRA BICHO	JOAO MANUEL PIRES	JOSE FERREIRA DE MORAIS ANTAS
FERNANDO MORAIS DE ALMEIDA AGUIAR	JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO	JOSÉ FILIPE ROBALO
FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES	JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA	JOSE DA FONTE E CASTRO
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA	JOAO MANUEL RODRIGUES CANELAS	JOSÉ GATO DOS SANTOS
FERNANDO DO REGO DE AMORIM	JOAO MARGARIDO CRUZ PINTO DOS REIS	JOSÉ DA GRAÇA CARRILHO MATOS
FERNANDO REIS DINIZ	JOAO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS	JOSE HENRIQUES FERNANDES LOPES
FERNANDO DE SOUSA LOPES	JOAO MARIA MARTINS BAIONETO	JOSE HENRIQUES DOS SANTOS
FERNANDO VENTURA LAGE	JOAO MENDONÇA CORREIA	JOSE INACIO DA COSTA LOPES JUNIOR
FRANCISCO ANTÓNIO VAZ RATO VIDINHA	JOAO PAULO SALGADO FERNANDES LOPES	JOSÉ INÁCIO RAMADA LEITE COSTA LOPES
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA	JOÃO PEDRO NEVES DA CUNHA FERREIRA	JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA
FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS	JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA	JOSE JOAO BRAS MATIAS

JOSE JOAO RODRIGUES CENTENO	LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS	NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP
JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE	LUIS ORNELAS GLÓRIA	NUNO DE MESQUITA GABRIEL DOS SANTOS PIRES
JOSE JUSTINO VEIGA DA SILVA	LUIS DA PURIFICAÇÃO MERINO	ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES
JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA	LUIS SILVA DA CUNHA GONZAGA	ORLANDO ESPIRITO SANTO ALVARES
JOSE LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES LEMOS	LUIS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA	ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO
JOSE LUIS FLOR DE PINHO MARQUES	MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL	OSCAR FERNANDO VALENTE VELUDO
JOSÉ LUÍS MARTINS DE FREITAS	MANUEL ALVES SIMOES	PAULA MARIA RAMADA LEITE DA C.LOPES S.VICENTE
JOSE LUIS OLIVEIRA QUELHAS	MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS	PAULO JORGE DE GUSMÃO TEIXEIRA
JOSE LUIS PINHO FERREIRA	MANUEL ANTONIO LADEIRAS	PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE
JOSE MACHADO MIRANDA	MANUEL ANTUNES DO AMARAL	PAULO JORGE MENDES PIRES
JOSE MACHADO DA SILVA	MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO	PAULO JOSE BORGES DE LIMA
JOSE MANUEL DE ALMEIDA MARQUES	MANUEL AUGUSTO ROCHA	PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA
JOSÉ MANUEL BAPTISTA TECEDIEIRO	MANUEL AUGUSTO DE SOUSA PEREIRA	PAULO RUI FELIX VARGAS DA COSTA
JOSE MANUEL DINIZ MARIA	MANUEL DUARTE MEIRELES BELEZA DE ANDRADE	PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA
JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA	MANUEL FELISBERTO DA ENCARNAÇÃO	PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO	MANUEL FERNANDES TAVARES	QUINTINO COSTA VELHO
JOSE MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO	MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO	REINALDO LUCAS DE CARVALHO
JOSE MANUEL DA LUZ MARANHAS	MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO	RICARDO JOAQUIM DE VASCONCELOS P.GUIMARAES
JOSE MANUEL MENDES DE CARVALHO	MANUEL FERNANDO LOPES	RUI ACACIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
JOSE MANUEL PEIXOTO PAIS	MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO	RUI ALBERTO DA SILVA SIMOES
JOSE MANUEL DOS SANTOS DE MORAIS ANTAS	MANUEL FERREIRA DE MORAIS ANTAS	RUI ALBERTO VENTURA MANGERICÃO
JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO	MANUEL JOAO REISINHO BELEZA DE ANDRADE	RUI ALEXANDRE LEITAO DA ANUNCIAÇÃO
JOSE MANUEL DA SILVA GONÇALVES SOBRAL	MANUEL JOAQUIM DE AMORIM NUNES	RUI FILIPE CASTELA RAMOS PEREIRA
JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO	MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA	RUI HELDER DA COSTA SANTOS
JOSÉ MANUEL XAVIER RIJO	MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA	RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA
JOSE MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS	MANUEL JOSE SOUSA SOUTO DEL RIO	RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA
JOSE MARIA GODINHO ESPIRITO SANTO	MANUEL LIMA MONTEIRO	RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO
JOSE MARIA LOPES ZACARIAS	MANUEL LUIS DA SILVA CUNHA E COSTA	RUI MENDES FERREIRA
JOSE MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO	MANUEL MARQUES DE SOUSA	RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO
JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA	MANUEL MARTINS LEAL DA COSTA	RUI PEREIRA PATO
JOSE MIGUEL DA SILVA COSTA	MANUEL MONTEIRO DA SILVA	RUI SOARES FERNANDES
JOSE DO NASCIMENTO CANDEIAS CUSTODIO	MANUEL MOREIRA PINTO	SECUNDINO CRISTÓVÃO BARBOSA ALVES DE QUEIRÓS
JOSE OSCAR DE MACEDO ALVES	MANUEL OLIMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS	SIMÃO PEDRO FERREIRA CABRAL NEVES
JOSE DE PAIVA LIMA	MANUEL OLIVEIRA MARTINS	SÔNIA CRISTINA RIBEIRO ALVES FEVEREIRO LATAS
JOSE RAMOS MARTINS	MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES	TEODORO HORTA DE MESQUITA
JOSE RAUL DE SOUSA PINTO	MANUEL RAUL GOUVEIA TEIXEIRA	TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE
JOSE RIBEIRO ALVES	MANUEL DOS SANTOS PEREIRA	VALDEMAR LUIS DA COSTA
JOSE DA ROCHA MONTEIRO	MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA	VASCO DE ALMEIDA
JOSE RODRIGUES SOARES	MARCO PAULO DA PURIFICAÇÃO TEIXEIRA	VASCO CANTARILHO DA CONCEIÇÃO VERDES
JOSÉ SANTOS FERREIRA	MARIA CRISTINA VITORINO DE CASTRO	VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES
JOSÉ DA SILVA NUNES	MARIA JULIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO	VICTOR MANUEL FERREIRA DE MELO BARRETO
JOSÉ SILVINO MAGALHÃES DE SOUSA	MARIA MADALENA DOS SANTOS NOGUEIRA CARACOL	VILMARO RIBEIRO DE QUEIROS
JOSE VIDEIRA MARQUES	MARIO ALCINO MENDES DE OLIVEIRA	VITOR HUGO CÂNDIDO DUARTE
JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA	MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE	VITOR MANUEL ALVES RAMOS DOS SANTOS
JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA	MÁRIO ANTÓNIO ROSA DE MATOS OLIVEIRA	VITOR MANUEL OSORIO GEADA
JULIO ANTONIO ASCENÇÃO CACHAPA	MARIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA	VITOR MANUEL PEREIRA FERREIRA
JULIO DINIS ESTEVES PEREIRA	MARIO AUGUSTO NETO BARROCA	VITOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES
JÚLIO VARELA MONTEIRO CONCEIÇÃO	MARIO CELESTINO DE FREITAS DUARTE D'ALMEIDA	ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA
LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS	MARIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA	ZELIO MANUEL MOTA DE CARVALHO
LUDGERO AGOSTINHO LUIS	MARIO FERNANDO DA SILVA SIMOES	
LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA	MARIO GABRIEL DOS SANTOS BARBOSA CARDOSO	
LUIS AMANDIO DUARTE DA SILVA BOUCEIRO	MARIO DO NASCIMENTO GOMES	
LUIS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA	MARIO NEVES DA SILVA	NOVOS DESPACHANTES
LUÍS AUGUSTO ALMEIDA NOGUEIRA	MARIO NUNES MENDES	MARCO PAULO DA PURIFICAÇÃO TEIXEIRA
LUIS AUGUSTO DUARTE	MARIO DE SOUSA FERREIRA DE BRITO	SÔNIA CRISTINA RIBEIRO ALVES FEVEREIRO LATAS
LUIS DE DEUS	MARIO DE SOUSA GONÇALVES	MANUEL DUARTE MEIRELES BELEZA DE ANDRADE
LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES	MARIO VASCO CANHAO PAIXAO	SIMÃO PEDRO FERREIRA CABRAL NEVES
LUIS FILIPE ENGENHEIRO DOS SANTOS	MILITAO ANTONIO MONTEIRO CANDEIAS	
LUIS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES	NELSON AUGUSTO LOPES BATALHA	FALECERAM
LUIS FILIPE DE VILHENA DE ANDRADE BOTELHO	NELSON OSCAR DE SOUSA PINTO	JOSÉ PINTO DE OLIVEIRA
LUIS DE JESUS RODRIGUES	NELSON RAUL DOS SANTOS FERREIRA	MIGUEL TEODORO DE MELO
LUÍS JORGE XAVIER RIJO	NORBERTO DIAS DOS SANTOS	VICTOR MANUEL FERREIRA DE MELO BARRETO
LUIS MANUEL JESUS DA COSTA	NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES	VITOR MANUEL PEREIRA FERREIRA

REFLECTINDO...

Era um amanhecer glorioso.

Da janela do meu quarto via um mar e um céu de inigualável riqueza azul que nem uma leve névoa, lá muito ao longe na linha do horizonte, conseguia perturbar.

Sem qualquer hiato, dei comigo a pensar na nossa realidade.

Vejo uma Comissão Europeia que finalmente abandonou a sua política de burocracia teórica desajustada e começou a legislar de acordo com os interesses dos cidadãos e após consultar as suas Associações Representativas.

Foi finalmente publicado o Estatuto do Representante Aduaneiro, o qual passa a ser devidamente acreditado por cada Estado Membro, em conformidade com as linhas guias estabelecidas pela Comissão, assim se pondo fim à inqualificável situação de concorrência desleal em que se vivia.

Em Portugal tudo mudou.

A nova Lei Orgânica da Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, veio permitir e impor a harmonização de procedimentos para todas as Alfândegas que assim acabaram (e já não era sem tempo, digo eu), por perceber que são alfândegas da União Europeia e que não podem actuar ao sabor de interpretações pessoais daqueles que temporariamente as chefiam. Os próprios senhores Funcionários, todos devidamente identificados, como aliás é de lei, interagem adequadamente com os Despachantes Oficiais, em estrita obediência ao seu estatuto de funcionários públicos que, no caso lhes exige uma rigorosa actuação ao serviço de todos os operadores. Deixaram de existir verificações físicas "só para ver a cor dos contentores".

E os Colegas Despachantes Oficiais? Que grande modificação!

Tendo percebido que a união faz a força, foram-se agrupando por várias formas, integrando hoje, na sua grande maioria, unidades empresariais de dimensão adequada. Decidiram-se por uma prática habitual de contactos com os seus Clientes assim aumentando e desenvolvendo bases sustentáveis de fidelização.

A progressiva actuação a montante da declaração aduaneira, como consultores, tornou-os verdadeiramente imprescindíveis no apoio às Pequenas e Médias empresas, no âmbito do comércio também global.

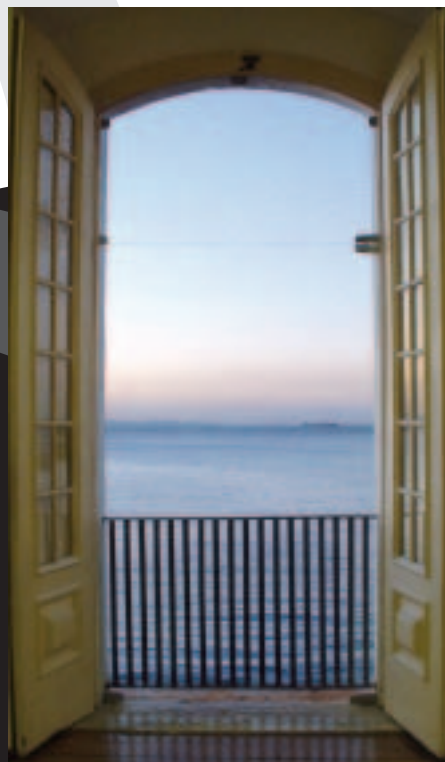
Continuam a apostar forte na sua formação contínua, entendendo que aí assenta a sua mais valia.

Colaboram de muito perto com a sua Câmara e cumprem com todos os seus deveres sociais, associativos e deontológicos.

Verifico..... TRRIIIIM !

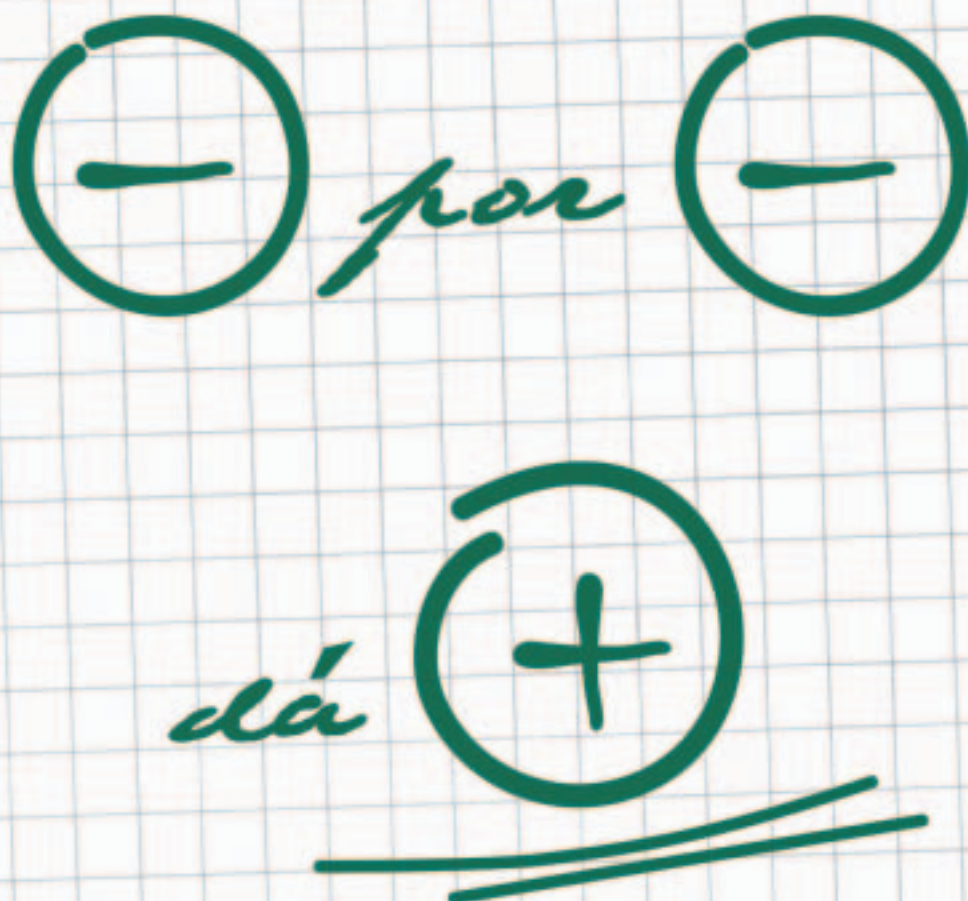
É o despertador...Acordei...!

Levantei-me e, com "os meus botões", lá fui dizendo: Vamos ao trabalho que o caminho é longo e falta ainda muito a percorrer...



Um abraço,

Conta BES Negócios Tesouraria



O sucesso da sua empresa depende muito de uma boa gestão. O BES sabe disso e por isso criou as Contas BES Negócios Tesouraria e BES Negócios Tesouraria Premium. Uma solução para a Gestão da Tesouraria da sua empresa que reúne, numa única conta, uma Conta Crédito, uma Conta à Ordem e uma Conta Poupança. Um serviço que lhe dá menos preocupações, para que possa dedicar-se ao que realmente interessa, o seu negócio. E sobretudo, um serviço de gestão automática que lhe dá mais liquidez e maior rentabilidade para o seu negócio. Feitas as contas, a única fórmula em que - por - dá +. Menos contas, menos preocupações, mais rentabilidade.



**BANCO
ESPIRITO
SANTO**



www.cdo.pl



International Federation of Customs
Brokers Associations



CONFIAD
Confederación Internacional
de Despachantes Aduaneros



Associação Internacional
de Agentes de Aduanas